



PROJECTO SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA

WORKING PAPER

**SINDICALIZAÇÃO: A VIDA POR DETRÁS DAS ESTATÍSTICAS
(ALGUNS PROBLEMAS METODOLÓGICOS)**

Henrique José Carvalho de Sousa*

SETEMBRO DE 2011

**Doutorando em Ciência Política na FCSH-UNL*

Sindicalização: A vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos)

Resumo

A filiação sindical e a densidade sindical constituem indicadores fundamentais para a análise do papel, da representatividade e da influência social e política dos sindicatos, não sendo embora indicadores exclusivos. O nosso trabalho analisa o estado de relativa opacidade que caracteriza a informação sobre a sindicalização em Portugal. Com base nalguns estudos de caso, examinam-se problemas metodológicos que importa ter em conta para se assegurar a necessária qualidade, rigor e comparabilidade dos dados. Sustenta-se a tese da importância de uma maior transparência informativa por parte dos actores sindicais e do Estado e da influência positiva que isso teria na qualidade da democracia sindical, na dinâmica da negociação colectiva e no diálogo social. Apresentam-se algumas sugestões para a constituição em Portugal de um sistema de avaliação da sindicalização e da representatividade sindicais.

Palavras-chave: Sindicalismo; Sindicatos; Sindicalização; Representatividade sindical.

INDICE

INTRODUÇÃO	5
I. BREVE INCURSÃO SOBRE A EVOLUÇÃO DA SINDICALIZAÇÃO EM PORTUGAL E NA EUROPA	6
II. OS CONCEITOS	11
III. ALGUMAS QUESTÕES METODOLÓGICAS SOBRE A SINDICALIZAÇÃO	15
3.1. O CASO DOS ARQUIVOS DE ACTAS ELEITORAIS SINDICAIS EXISTENTES NOS SERVIÇOS OFICIAIS	15
3.2. O CASO DE UMA POLÉMICA SOBRE QUESTÕES METODOLÓGICAS	17
3.3. UM EXEMPLO A RETER: A AFERIÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE SINDICAL NEGOCIADA ENTRE ME E SINDICATOS DOS PROFESSORES	18
3.4. A FALTA DE TRANSPARÊNCIA NA SINDICALIZAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS RELAÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO E A DEMOCRACIA SINDICAL	19
3.5. A SITUAÇÃO EUROPEIA QUANTO À SINDICALIZAÇÃO	22
3.6. A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM <i>MICRO</i> NOS ESTUDOS SOBRE SINDICALIZAÇÃO	25
3.7. O IMPACTO DOS PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO, CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS	32
CONCLUSÃO	34
BIBLIOGRAFIA	37
ANEXO I - ANÁLISE COMPARADA DA EVOLUÇÃO DA SINDICALIZAÇÃO NALGUNS PAÍSES COM DIFERENTES MODELOS DE RELAÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO 1978-2010	40
ANEXO II -EVOLUÇÃO DA TAXA DE SINDICALIZAÇÃO, EM PERÍODOS DE 10 ANOS [1978-2008]	42
ANEXO III - EVOLUÇÃO DA SINDICALIZAÇÃO E DA REPRESENTATIVIDADE SINDICAL EM PORTUGAL	43
ANEXO IV – ELEIÇÕES?	44
ANEXO V - ANÁLISE COMPARATIVA DA FILIAÇÃO DECLARADA 2008 (CSI/EUROFOUND)	46
ANEXO VI - EVOLUÇÃO DA FILIAÇÃO SINDICAL NO SPGL 2000-2010	48
ANEXO VII - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SINDICALIZADOS EM 10 ANOS - 1999/2008	49
ANEXO VIII - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA TAXA DE SINDICALIZAÇÃO EM 10 ANOS - 1999/2008	50

Índice de Gráficos

Gráfico I - Evolução da Taxa de Sindicalização na UE 27 2000-2008	6
Gráfico II - Evolução da Taxa de Sindicalização em Portugal 1978/2008	7
Gráfico III - Evolução da Filiação Sindical em Portugal 1978/2008	8
Gráfico IV – Evolução do Número de Eleitores e de Sindicalizados no SPGL (2000-2010).....	28
Gráfico V – Evolução do número de Sócios Activos e de Aposentados do SPGL (2000-2010).....	29
Gráfico VI – Análise Comparada SPGL/SPN da evolução da sindicalização (2000-2010).....	29

Índice de Quadros

Quadro 1. Evolução sindicalização SINTEVECC através dos actos eleitorais.....	26
Quadro 2. SPGL - Composição dos Sindicalizados	27
Quadro 3. Estudo sobre a representatividade sindical da FESETE/CGTP (1996/2006)	30

INTRODUÇÃO

A filiação sindical e a densidade sindical¹ (a taxa de sindicalização) constituem indicadores fundamentais no domínio das relações colectivas de trabalho e para a análise do papel, da representatividade e da influência dos sindicatos numa dada sociedade e da sua interacção com os outros actores políticos e sociais. Não são certamente os únicos indicadores. A avaliação da influência e da representatividade das organizações sindicais em cada país tem também em consideração outros indicadores, de carácter qualitativo e quantitativo²: o grau de cobertura da população activa empregada pelas convenções colectivas de trabalho celebradas; a cobertura dos locais de trabalho pelos sindicatos e outras formas de organização dos trabalhadores (comités de empresa, comissões de trabalhadores); os conflitos laborais e os seus resultados; o papel das organizações sindicais na formação das políticas públicas de carácter social e laboral; a capacidade demonstrada de mobilização social.

Os dados sobre a sindicalização permanecem entretanto como um indicador determinante e principal. Como refere Pedersini (2010), a filiação sindical constitui uma componente crítica da força organizacional dos sindicatos e um elemento essencial da sua legitimação e reconhecimento ou, dito de outro modo, um recurso chave dos sindicatos.

Este nosso trabalho, fazendo embora de seguida um breve excursus introdutório sobre a filiação e a densidade sindicais em Portugal e na Europa, terá como objecto principal a reflexão sobre questões de natureza metodológica e conceptual que afectam profundamente a qualidade, o rigor e a comparabilidade dos dados com que a investigação social trabalha neste domínio. Ou seja, sobre o modo como as abstracções estatísticas podem mais ou menos fielmente capturar a realidade viva, contraditória, contingente e dinâmica de organizações de representação dos interesses do trabalho que combinam características de movimentos sociais e de grupos de pressão.

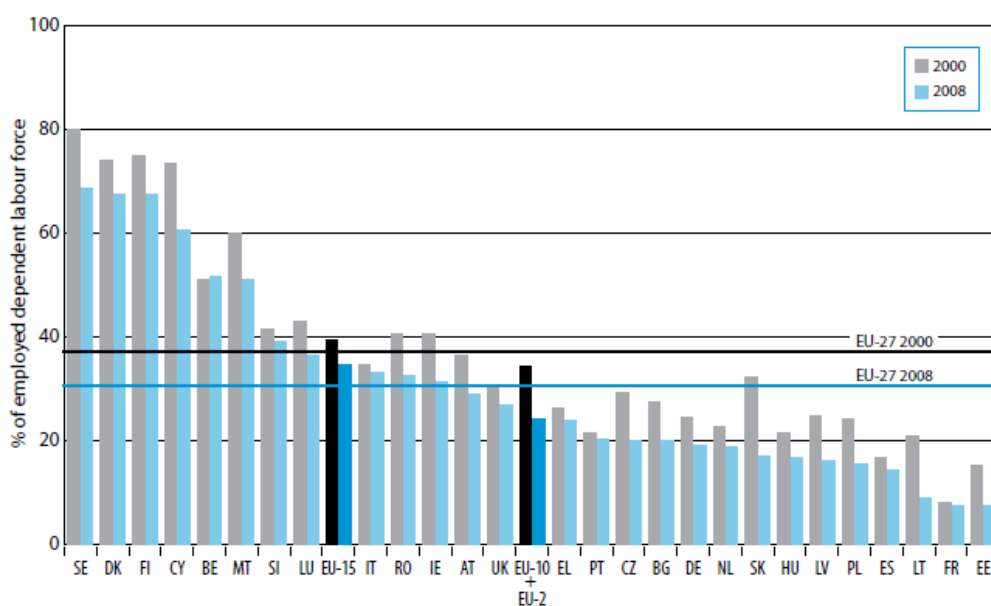
¹ O número de filiados num sindicato pode ser medido pelo número de associados que pagam a sua quota sindical, e podendo ser estabelecido um período de atraso nesse pagamento da ordem dos três ou seis meses, sem perda de direitos (Pedersini:2010).

² Cf. a este propósito Beneyto (2010), onde é abordado o Índice Europeu de Participação concebido pelo ETUI (Instituto Sindical Europeu) como um coeficiente agregado de três índices: taxa de sindicalização; representação, medida pelo grau de cobertura da organização sindical nas empresas; grau de cobertura dos trabalhadores pelas convenções colectivas.

I. Breve incursão sobre a evolução da sindicalização em Portugal e na Europa

O movimento sindical constitui à escala da União Europeia a mais importante organização social. A Confederação Europeia de Sindicatos (CES)³ agrupa organizações sindicais de 36 países europeus representando 56 milhões de sindicalizados em 2008 (menos três milhões que em 2003), dos quais 43 milhões entre os trabalhadores assalariados da UE-27, com uma taxa média de sindicalização de 23,4%⁴. Existem ainda cerca de oito milhões de sindicalizados em organizações sindicais no espaço da EU que não estão filiadas na CES, dos quais cerca de metade estão enquadrados pela Confederação Europeia de Sindicatos Independentes⁵. O nível de sindicalização varia entre países, desde os valores mais elevados de países nórdicos, como a Suécia (68,8%) e a Dinamarca (67,6%), até aos mais baixos da Estónia (7,6%) ou da França (7,7%). Com exceções, as mais baixas taxas de sindicalização localizam-se em países da Europa do Sul e da Europa de Leste.

Gráfico I - Evolução da Taxa de Sindicalização na UE 27 2000-2008



Source: J. Visser, ICTWSS database 3.0, 2010; the averages for the EU-27, EU-15 and 12 new Member States are weighted.

³ Onde estão filiadas as principais confederações sindicais portuguesas. CGTP-IN e UGT, que representam respectivamente 64,2% e 25,1% dos sindicalizados (Jelle Visser.2011. *ICTWSS Database 3.0*).

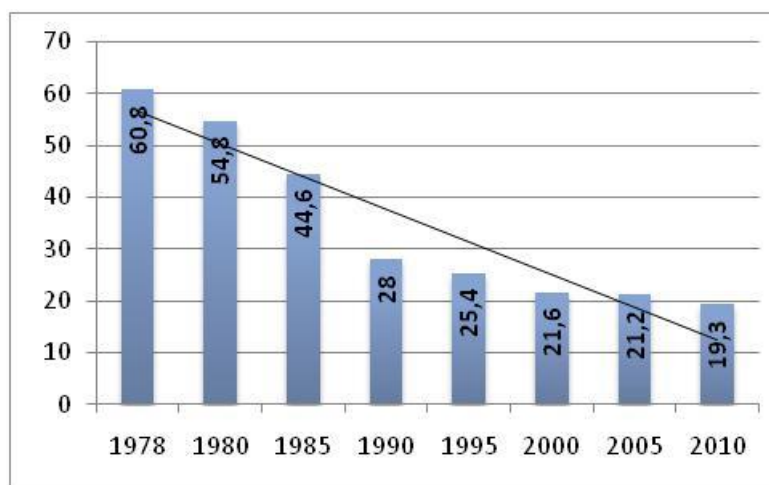
⁴ Cf. European Commission (2010), *Industrial Relations in Europe 2010*, Brussels (dados provenientes de Jelle Visser [2011], *ICTWSS Database 3.0*).

⁵ Faz parte desta Confederação uma organização sindical portuguesa, a USI – União dos Sindicatos Independentes.

A tendência global para a diminuição da sindicalização e a sua diferenciada expressão em cada país, como é analisado em vários estudos internacionais existentes⁶, tem relação quer com as profundas transformações sociais operadas no trabalho e na economia (que desequilibraram em favor do capital os compromissos sociais construídos no pós-guerra da segunda metade do século XX), quer com a variação dos contextos políticos, sociais e institucionais em que operam os sindicatos nos vários países. Nos factores que influenciam em cada país o grau de solidez, representatividade e influência das organizações sindicais, como é evidenciado em vários trabalhos disponíveis⁷ pesam factores como o nível das desigualdades sociais e salariais, o grau de coordenação sectorial e nacional da negociação colectiva, a robustez das instituições de concertação e diálogo social e do Estado Social e a participação dos sindicatos na gestão de sistemas de protecção social.

Esta tendência para a quebra na sindicalização, evidenciada no mapa que elaborámos sobre a sua evolução nas últimas três décadas⁸ nas sociedades de capitalismo desenvolvido com regimes políticos demoliberais, verifica-se também no caso português, como se ilustra nestas figuras e se desenvolve noutros mapas anexos.

Gráfico II - Evolução da Taxa de Sindicalização em Portugal 1978/2008



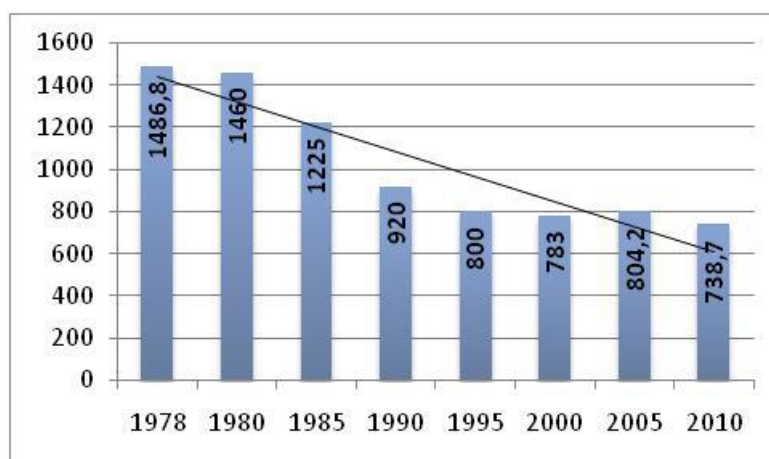
Fonte: Mapa do autor, com base em dados de Jelle Visser (2011), ICTWSS Database 3.0

⁶ Cf., a título de exemplo, Visser & Ebbinghaus (2000), Beneyto (2008) e Pedersini (2010).

⁷ Cf. como exemplo Skidmore & Bound (2008), *The Everyday Democracy Index* e o *ILO World of Work Report 2008*.

⁸ Cf. Anexo 1 com mapa da evolução da sindicalização 1978/2008 e Anexo II com gráfico representando a evolução por décadas nesse período, construídos a partir dos dados de Jelle Visser (2011), *ICTWSS Database 3.0*, para países europeus representativos de vários modelos de relações colectivas de trabalho e para os EUA..

Gráfico III - Evolução da Filiação Sindical em Portugal 1978/2008



Fonte: Mapa do autor, com base em dados de Jelle Visser (2011), ICTWSS Database 3.0

Em três décadas, verificou-se em Portugal uma quebra na densidade sindical de quase 61% para 19% e a filiação sindical ter-se-á reduzido para metade. Os números variam em função das fontes de dados utilizados, problema que abordaremos no tratamento mais adiante das questões metodológicas e conceptuais nesta área, que constituem o objecto principal deste trabalho.

Carley (2009), por exemplo, num estudo publicado pelo EIRO⁹, apresenta para Portugal uma estimativa sindical mais elevada em 2008 (854 000 sindicalizados), com ligeiro acréscimo de 2,2% comparativamente com 2003. Utilizando os dados reunidos de 97 organizações sindicais de 28 países (com mais de 58 milhões de filiados, incluindo trabalhadores activos, desempregados, reformados¹⁰), apresenta um quadro global de relativa estabilização da filiação sindical para esse período de cinco anos, referenciando mesmo aumentos da filiação em 10 dos países considerados.

Estes dados, como também é reconhecido num estudo da autoria de Pedersini (2010) publicado pela instituição responsável pelo EIRO (a *Eurofound*), não questionam entretanto o processo de declínio na sindicalização, embora atenuado no período mais recente, e sendo que a sua variação concreta medida pela taxa de sindicalização ou pela filiação sindical é diferenciada. Como analisamos em dois mapas anexos¹¹ construídos

⁹ EIRO – European Industrial Relations Observatory, organização da *Eurofound* (Dublin).

¹⁰ O problema do universo de sindicalizados seleccionado para tratamento estatístico reveste-se de grande importância, podendo ser causa, como abordaremos mais adiante, de significativas diferenças nos dados apresentados em distintos estudos.

¹¹ Cf. Anexos VII e VIII.

com dados da mesma fonte (OECD.Stat) relativos a 19 países europeus para a década mais recente (1999-2008), quer a densidade sindical quer a filiação sindical coincidem todavia numa evolução descendente.

Os níveis de sindicalização aqui sumariamente referenciados não traduzem porém uma atitude de rejeição ou distanciamento dos trabalhadores relativamente aos sindicatos. O Eurobarómetro (2009) apresentou os resultados de um inquérito mostrando uma avaliação positiva média de 63% dos europeus inquiridos relativamente aos sindicatos, sendo o mesmo o valor obtido na amostra relativa a Portugal.

Os dados obtidos através do módulo adicional e específico para Portugal¹² de um inquérito internacional do *International Social Survey Program (ISSP)*, destinado a colher informação sobre as opiniões dos trabalhadores portugueses quanto às relações e condições de trabalho e quanto ao sindicalismo e à organização dos trabalhadores, apresentam um resultado semelhante. Dois terços dos respondentes portugueses afirmam (66,5% das respostas) que os sindicatos são muito importantes para a segurança do emprego dos trabalhadores por conta de outrem e 65,2% consideram que, sem os sindicatos, as condições de trabalho dos trabalhadores por conta de outrem seriam muito piores do que são.

Estes dados chamam assim a atenção, em nossa opinião, para duas importantes questões:

- O problema conhecido como *free rider*¹³, e o modo como os sindicatos o enfrentam ao nível da sua prática, do seu discurso, dos seus valores e dos benefícios oferecidos para influenciar o comportamento dos trabalhadores relativamente à avaliação dos custos e das vantagens da filiação sindical comparativamente com a possibilidade de beneficiar da acção dos sindicatos, designadamente ao nível da acção colectiva, sem se sindicalizar;

- A influência e o poder dos sindicatos, a sua representatividade real nas sociedades, não pode ser exclusivamente medida pelo número de filiados e pela densidade sindical, mas envolve outras dimensões, como a sua capacidade de assegurar uma larga cobertura da negociação colectiva, o reconhecimento institucional e social de

¹² Foram inquiridos 1078 indivíduos com actividade profissional remunerada (Dornelas, 2009). Cf. também o *Livro Branco das Relações Laborais* (2007), que integra os resultados essenciais deste estudo. Este módulo adicional para Portugal do inquérito do ISSP foi realizado para complementar os dados da sindicalização publicados no *Livro Verde das Relações Laborais* (2006).

¹³ Cf. Olson (1998).

que dispõem ou a sua participação na eleição das comissões ao nível das empresas. Como sucede em Espanha e em França¹⁴, países com baixa densidade sindical e elevados níveis de cobertura na negociação colectiva e na mobilização social através dos sindicatos.

A análise dos dados sobre filiação e densidade deve ter em conta também o cuidadoso esclarecimento dos universos abrangidos: se distinguem ou não os sindicalizados que são trabalhadores activos dos sindicalizados que são aposentados e desempregados e se esta distinção é tida em conta no cálculo da densidade sindical; se a densidade sindical é calculada por referência ao universo de trabalhadores assalariados e equivalentes, ou por referência ao universo da população activa empregada, que é um universo mais amplo que o dos trabalhadores assalariados. Como veremos adiante, a propósito de conceitos e metodologias neste domínio, estes são apenas alguns dos problemas complexos que a estimativa da sindicalização suscita.

¹⁴ Nestes países, os resultados das eleições para os comités de empresa, às quais os sindicatos apresentam listas candidatas próprias, são meios de aferição da representatividade sindical. Ver para o caso espanhol Beneyto (2008).

II. Os conceitos

A filiação é uma medida primeira dos fundamentos do poder das organizações de interesses e um indicador da capacidade de acção colectiva dos trabalhadores, como referem Ebbinghaus & Visser (2000), citando outros autores (Korpi e Tilly). A taxa de sindicalização é o indicador disponível que permite uma mais pronta comparação quanto à força das organizações sindicais. A evolução da filiação e da densidade sindical ao longo do tempo fornecem um quadro das mudanças nas relações de força entre sindicatos e empregadores. Na comparação entre países como para os sectores de actividade económica, estes dois indicadores constituem uma primeira medida da força relativa dos sindicatos, a ser complementada por outros dados relativos ao grau de coordenação e centralização, de unidade ou diversidade política do movimento sindical, de cobertura da negociação colectiva, de concentração organizacional, de protecção legal, de activismo sindical, de presença nas empresas, de reconhecimento político e institucional.

Estudar a temática da sindicalização pressupõe trabalhar com quadros conceptuais e metodológicos tão precisos quanto for possível. Deixando as questões metodológicas para o ponto seguinte, debrucemo-nos brevemente aqui sobre os conceitos-chave de *sindicato*, *filiação sindical* e *densidade sindical* ou taxa de sindicalização.

Na sua célebre obra pioneira dos estudos sobre sindicalismo, *The History of Trade Unionism*, os Web (1920[1894]) definiram os sindicatos como associação contínua de trabalhadores assalariados, tendo como finalidade manter e melhorar as suas condições de trabalho. Esta definição, embora já sublinhando um aspecto central dos sindicatos (o seu carácter de organização *permanente*, dotada portanto de regras, direitos e obrigações dos seus membros), que os diferencia de outro tipo de organizações operárias de carácter contingente e temporário (como uma comissão de greve), revelou-se entretanto insuficiente para distinguir os sindicatos de outros tipos de organizações permanentes de trabalhadores – como são as associações profissionais, ou as comissões de trabalhadores e comités de empresa.

Ebbinghaus & Visser (2000) desenvolvem um conceito mais rigoroso de sindicato, propondo-se defini-lo, não só como uma associação permanente de

trabalhadores, mas como uma associação que inclui nas suas actividades principais a negociação dos salários e das condições de trabalho para os seus representados, é de adesão voluntária e é integrada predominantemente por trabalhadores assalariados. Ou seja, exclui do conceito associações predominantemente constituídas por trabalhadores por conta própria, ou que sejam dominadas por empregadores, quer no financiamento quer na filiação. Lawrence & Ishikawa (2005), que adoptam uma definição semelhante para fins estatísticos, apresentam como características centrais de um sindicato, que o distingue doutras formas temporárias ou duradouras de organização dos trabalhadores:

- A *organização*, sublinhando o carácter formal, operativo e vivo das associações sindicais;

- A *independência*, ou seja, o direito de definir as suas normas constitutivas e de funcionamento, de eleger livremente os seus dirigentes, de organizar a sua administração e actividades, de determinar os seus programas de acção, com inteira independência dos governos, de outros actores ou das mudanças políticas no país;

- A *composição*, devendo o sindicato ser predominantemente constituído por trabalhadores assalariados, embora podendo abranger também outras categorias de pessoas (em tempo parcial, por conta própria, reformados, desempregados, etc.);

- A *filiação*, que deve ser definida tendo por referência o pagamento da quota de associado, entendendo-se que este é um sócio com a quotização em dia quando não tem um atraso superior a três ou seis meses. Neste domínio, os autores reconhecem todavia a existência de uma definição mais ampla de filiação sindical que abrange situações de quotização reduzida ou isenção de pagamento de quota existentes nas associações sindicais, as quais devem ser considerados no número global de sindicalizados de cada associação.

Quanto ao conceito de *filiação sindical* ou de *sindicalização*, Lawrence & Ishikawa, tal como Ebbinghaus & Visser e outros autores, coincidem na valorização do pagamento da quota como definição principal da condição de associado. Estes últimos autores, sublinhando o carácter inclusivo e de fortalecimento da legitimação e do poder institucional e político dos sindicatos que deriva de integrarem também os que saíram do mercado de trabalho por desemprego ou reforma, decidiram excluir do cálculo das taxas de sindicalização (2000) os sindicalizados que estão fora do mercado de trabalho.

Stoleroff & Naumann (1993) adiantam como definição de *sindicalizado* o que está filiado numa organização sindical como membro com todos os direitos e deveres consagrados nos estatutos do respectivo sindicato. E defendem que o número de inscritos nos cadernos eleitorais seria o indicador permitindo uma mais correcta aproximação à realidade da sindicalização em Portugal, porque os sócios com todos os direitos reconhecidos seriam os que têm as suas quotas em dia e por isso são incluídos nos cadernos eleitorais.

Na verdade, como salientamos na análise *micro* mais adiante, o número de eleitores inscritos nos cadernos eleitorais é bastante elástico e flexível, em função dos critérios administrativos e políticos internos aos sindicatos e da interpretação que fazem dos estatutos e regulamentos eleitorais, e comporta frequentemente diversas categorias de associados (incluindo retirados do mercado de trabalho, isentos de pagamento de quotas). Sendo, apesar disso, um dos instrumentos de medição mais aproximada de medição da sindicalização, como referem aqueles autores, , sobretudo (acrescentamos) se combinado e corrigido pelo recurso a outros indicadores.

A *densidade sindical* ou *taxa de sindicalização* corresponde, como referem os dois autores citados, à relação entre o número de sindicalizados e o número de sindicalizáveis, sendo este o universo de trabalhadores por conta de outrem no âmbito do respectivo sindicato. Ebbinghaus & Visser (2000), numa definição convergente com esta, concebem a densidade sindical como a relação entre a filiação actual e a filiação potencial.

Mais do que o número absoluto de filiados, a taxa de sindicalização, sendo uma relação, permite o estudo comparativo, diacrónico e sincrónico, de diferentes organizações sindicais dentro de um país ou entre países, tem uma maior importância na determinação da influência e grandeza de cada associação sindical, e é um dos indicadores mais seguros na avaliação da *representatividade sindical*.

Lawrence & Ishikawa (2005) chamam a atenção, quanto à aplicação prática deste conceito, da distinção entre *sindicalização bruta* (em que o numerador para o cálculo da densidade sindical é constituído pela totalidade dos filiados) e *sindicalização líquida* (em que esse numerador exclui os sócios que não estão activos no mercado de trabalho). Hayter & Stoevska (2010) sublinham ainda a este propósito que, sendo idealmente desejável a segunda opção, se for conhecida a composição dos associados, a primeira pode ser inevitável. Os dois autores mencionados distinguem também o que

chamam a *taxa de sindicalização ajustada*, em que o universo (denominador) a considerar no cálculo deve incluir apenas as categorias de trabalhadores que em cada país têm direito à sindicalização (excluindo grupos profissionais como os militares, polícias, magistrados, etc., que dele sejam excluídos), da *taxa de sindicalização não ajustada*, em que o universo é constituído pela totalidade dos trabalhadores assalariados.

Acrescentamos, quanto aos problemas e dificuldades operatórias do cálculo rigoroso da densidade sindical, do lado do universo que serve de denominador, os que se prendem com a crescente fragmentação e precarização do trabalho contemporâneo, com o desenvolvimento das formas atípicas de trabalho, com os falsos “recibos verdes”¹⁵ e com o elevado volume de economia informal e de trabalho clandestino¹⁶.

Esclarecidos resumidamente alguns conceitos, importa agora abordar de modo mais desenvolvido os problemas metodológicos defrontados na determinação dos valores da filiação e da densidade sindicais, tendo como referência, além de estudos vários de carácter mais geral, alguns estudos de caso que realizámos e que nos permitiram discernir melhor no plano prático as dificuldades que a investigação defronta nesta área.

¹⁵ Recordamos a recente polémica em torno da pergunta contida no Inquérito do Censo 2011, como sintomática da extensão do problema em Portugal.

¹⁶ A economia não registada (que abrange a economia informal e as actividades fraudulentas e ilegais) deve atingir em Portugal 21,9% do PIB, segundo Carlos Pimenta, responsável do Observatório de Economia e Gestão da Fraude, in *Esboço de Quantificação da Fraude em Portugal*, Working Paper nº 3/2009, Porto: OBEGEF.

III. Algumas questões metodológicas sobre a sindicalização

Os dados relativos aos indicadores de filiação sindical e de densidade sindical em Portugal carecem de rigor, são descontínuos e fragmentados, não são objecto de qualquer recolha e tratamento organizado, credível e com garantias de independência. Os estudos avulsos existentes¹⁷, meritórios embora, reflectem estas dificuldades.

Como referem Stoleroff & Naumann (1993), o primeiro problema que se coloca à medição da sindicalização em Portugal é a simples falta de dados. Não existindo inquéritos sistemáticos e continuados aos trabalhadores e às empresas que contenham perguntas sobre a sindicalização, a opção possível é a contabilização dos efectivos das associações sindicais que, por sua vez, não coincidem normalmente com a classificação dos sectores económicos estabelecida no CAE. A informação disponibilizada pelos sindicatos é, com raras excepções, pouca, dispersa e descontínua, além de suscitar frequentes problemas de fidedignidade. Falta a publicação regular de dados sobre filiação, sobre quotização sindical e, mesmo, sobre os processos eleitorais realizados.

3.1. O caso dos arquivos de actas eleitorais sindicais existentes nos serviços oficiais

No único repositório permanente de documentos sobre os actos essenciais da vida das organizações sindicais (processos constituintes e de extinção, processos eleitorais, processos estatutários), que são os serviços ministeriais¹⁸ de acompanhamento das relações colectivas de trabalho, para onde todas as organizações sindicais são obrigadas a remeter os documentos autênticos desses processos, não se conhece que haja tratamento sistemático e continuado dos dados contidos nas actas dos processos eleitorais aí recebidos, nem existem procedimentos definidos e institucionalizados que possibilitem o acesso aos dados dos investigadores sociais exteriores aos serviços ministeriais aos dados. E no entanto, é aí que se poderia constituir uma das fontes credíveis de recolha da informação para a avaliação diacrónica

¹⁷ Cf. designadamente Cerdeira (1997; 2004), Stoleroff e Naumann (1998; 2000a; 2000b; 2008), Naumann (2009; 2011).

¹⁸ A não referência explícita, sempre que genérica, ao nome do ministério, tem a ver com a conhecida instabilidade e alteração sucessiva de denominações dos ministérios e dos serviços que enquadram a intervenção e regulação do Estado quanto à área das relações do trabalho.

e sincrónica da sindicalização, da densidade sindical e da própria representatividade sindical das organizações, a partir do número de eleitores e de votantes declarados nas actas dos processos eleitorais cujo registo é obrigatório, para publicação dos corpos sociais eleitos no BTE (Boletim de Trabalho e Emprego). Embora exigindo o recurso complementar a outros métodos de análise e recolha de dados, para se conseguir um maior rigor no cálculo das taxas de sindicalização e da representatividade sindicais, (de modo a conseguir-se a diferenciação dos sindicalizados activos, reformados e desempregados, o que não é fornecido pela informação das actas eleitorais), seria já um importante progresso relativamente à situação actual.

A partir dos documentos que obrigatoriamente são entregues aos serviços governamentais, de cujo depósito depende a publicação de actos fundamentais das organizações no BTE, como é o caso da composição dos órgãos sociais eleitos e dos estatutos, seria assim possível constituir uma base de dados nacional com o número de filiados em cada organização (identificando-o como o número de associados com direito de voto, e portanto cumprindo supostamente os critérios de reconhecimento da sua condição regular de sindicalizados) e com o número de votantes em cada acto eleitoral, constituindo este igualmente um indicador importante quanto aos níveis de participação sindical em cada organização.

O cruzamento destes dados com os registos obrigatórios, legais e publicados, quanto à constituição e extinção de organizações sindicais e com os dados inscritos nos estatutos quanto à sua filiação federal e confederal, permitiria também contribuir para a construção de indicadores de aferição da representatividade sindical. Seja no âmbito de cada sector de actividade, seja no plano regional e nacional, como também quanto às organizações de carácter federal ou confederal.

Ora, pela natureza dos dados regularmente publicados pelos serviços governamentais na área do trabalho, nas suas publicações oficiais e em estudos por si patrocinados e editados, não se vislumbra que exista esse tratamento sistemático da preciosa informação existente e acumulada ao longo de décadas nos seus arquivos. O testemunho de investigadores sociais que se têm dedicado a esta problemática, com quem falámos, é coincidente quanto à ausência de um tal trabalho. Apenas se conhecem estudos pontuais que utilizaram a consulta a dados desses arquivos oficiais, como os trabalhos de Cerdeira e Padilha (1990) e de Cerdeira (1997; 2004), investigadoras e técnicas superiores dos serviços ministeriais do trabalho.

Os estudos existentes, daquelas autoras e de outros como Naumann e Stoleroff, que cumprem a difícil missão de procurar fornecer dados previsionais e interpretativos sobre a sindicalização, a sua evolução e a representatividade das duas principais centrais sindicais (CGTP-IN e UGT) a partir das poucas fontes disponíveis e de dados avulsos e fragmentados fornecidos pelas próprias organizações sindicais (ou, como nos estudos de Cerdeira, também disponibilizados pelos arquivos do MTSS), são úteis para representar tendências e dados aproximados.

Não possibilitam todavia um retrato global coerente, rigoroso e continuado da realidade portuguesa quanto à filiação sindical e quanto à representatividade sindical. Os relatórios relativos a Portugal publicados pelo *Eurofound*, quer globais quer sectoriais, demonstram no seu mérito e nos seus limites, as dificuldades com que os investigadores trabalham neste domínio, pela falta de acesso suficiente a fontes e a dados credíveis, continuados e sistemáticos. Falta uma linha consistente de trabalho dos organismos oficiais nesta área. Faltam inquéritos por amostragem com um carácter regular. Falta uma cultura e uma orientação de transparência da generalidade das organizações sindicais e das centrais sindicais nesta área.

3.2. O caso de uma polémica sobre questões metodológicas

O exame crítico a que Naumann & Stoleroff (1993) sujeitaram a metodologia usada por Cerdeira e Padilha (1990) no seu trabalho sobre a evolução da sindicalização em Portugal, e a resposta desta investigadora (1997), são também contributos relevantes para a melhor compreensão das dificuldades do trabalho de investigação sobre esta temática em Portugal e para a exigência de uma metodologia rigorosa que previna cálculos enganadores. Contestando a agregação que as citadas investigadoras fizeram de várias e distintas fontes para estimarem a taxa de sindicalização - números de sindicalizados calculados a partir dos delegados a congressos sindicais, números sobre sindicalizados comunicado por sindicatos ao Ministério, número de inscritos nos cadernos eleitorais obtido nas consultas às actas eleitorais que lhes foram disponibilizadas pelos respectivos serviços ministeriais de que eram técnicas -, chamaram aqueles autores a atenção para questões metodológicas de grande importância: a mistura de dados mais rigorosos (os inscritos nos cadernos eleitorais) com números fornecidos por organizações sindicais por política de *relações externas*,

tendencialmente pouco rigorosos no quadro da situação de competição sindical existente e contendo assim o risco de estimativas finais pouco realistas.

Dessa polémica, que não questiona o valor pioneiro do trabalho de Cerdeira e Padilha em 1990, continuado por Cerdeira em 1997, é ainda de reter a tese defendida por aqueles dois investigadores sobre a utilização como fontes credíveis para o cálculo da sindicalização em Portugal dos números dos inscritos nos cadernos eleitorais e as estimativas construídas a partir dos dados sobre o volume de quotização sindical anualmente recolhida pelos sindicatos e constante dos seus relatórios e contas, bem como a proposta de que o ministério responsável publicasse anualmente informação sobre as sindicalizações a partir dão tratamento das actas dos processos eleitorais, o que habilitaria a comunidade científica a uma mais sólida reflexão sobre esta problemática. Proposta esta sem acolhimento até hoje. Já quanto à medida que Stoleroff & Naumann (1993) também defendem de que os Balanços Sociais¹⁹ das empresas voltem a conter informação sobre a sindicalização dos respectivos trabalhadores, o que deixou de acontecer a partir de 1991, a sua utilidade será limitada aos sindicalizados que pagam a quota por desconto directo sobre a sua remuneração recebida na empresa e cuja filiação sindical, por esse facto, é conhecida da entidade patronal. Ora há trabalhadores que, por temerem represálias patronais ou por outras razões, não pagam a sua quota sindical através da empresa em que trabalham. E não seria aceitável que algum trabalhador fosse obrigado, para cumprimento de obrigações estatísticas, a declarar a sua filiação sindical.

3.3. Um exemplo a reter: a aferição da representatividade sindical negociada entre ME e Sindicatos dos Professores

Vale a pena recordar, por desfazer ideias feitas nos próprios meios sindicais sobre a utilização dos dados sobre sindicalização, um caso interessante que o autor conheceu no exercício de passadas funções profissionais²⁰ e que também é reportado por Naumann (2011), relativo á iniciativa do Ministério da Educação do XVII Governo Constitucional que negociou com as organizações sindicais de docentes do sector público da educação um método de aferição da sua representatividade sindical.

¹⁹ Agora definidos como Relatórios Únicos concentrando toda a informação que as empresas têm anualmente que entregar à administração do trabalho sobre as questões laborais e sociais (Portaria 55/2010, de 21/01).

²⁰ Enquanto Director de Serviços do SPGL até 2008.

O método acordado, através da verificação dos associados que pagavam cotização sindical em cada organização, possibilitou uma base mais objectiva e sustentada para a negociação entre o ME e os Sindicatos da atribuição proporcional dos créditos de tempo de trabalho aos sindicalistas para actividade sindical e, como reconheceram vários sindicalistas envolvidos no processo, possibilitou uma maior e positiva transparência na informação do peso relativo dos vários sindicatos envolvidos nos processos negociais com o Governo. Permitiu também a superação de uma situação de conflito em torno da atribuição ministerial dos créditos de tempo para a actividade sindical que era fortemente penalizadora dos sindicatos. E certamente não prejudicou, se é que não deu um carácter de maior solidez às relações inter-sindicais, a histórica plataforma sindical que reuniu praticamente a totalidade das organizações sindicais de docentes das várias correntes e ligadas a distintas centrais sindicais, que coordenou e representou o conjunto dos professores, num raro exemplo de convergência sindical, durante um processo de negociação e de conflito duradouro, no curso do qual se realizaram as maiores manifestações sindicais promovidas por um sector profissional (os docentes) de que há memória e registo em Portugal.

3.4. A falta de transparência na sindicalização e as consequências para as relações colectivas de trabalho e a democracia sindical

Se a situação de relativa inércia nos serviços dependentes do Estado quanto aos estudos sobre a sindicalização é a atrás descrita, o panorama do lado das organizações sindicais não é igualmente animador em Portugal. Os dados sobre a filiação sindical e sobre a densidade sindical²¹ (cujo cálculo depende obviamente daquela) são considerados desde há décadas, na cultura e práticas sindicais dominantes em ambas as centrais e na grande maioria dos sindicatos, como elemento constitutivo das relações de poder e de carácter e acesso muito reservados (incluindo no interior das respectivas direcções) e não públicos. A visão prevalecente nos sindicatos acentua os riscos para a

²¹ Pedersini (2010) chama a atenção, por um lado, para a complexidade das variações entre países e sectores na inclusão e exclusão da filiação sindical de categorias de trabalhadores (por exemplo, das forças armadas e das polícias) e nas diferenças de tratamento da filiação sindical quanto a reformados e desempregados; por outro lado, chama a atenção para as implicações da diversidade de critérios na filiação sindical no uso comparativo entre países da densidade sindical ou taxa de sindicalização. Este autor, no seu estudo, diferencia também a **densidade sindical bruta** (relação entre a totalidade dos sindicalizados, incluindo desempregados ou aposentados, e o número de trabalhadores dependentes do universo considerado) da **densidade sindical líquida** (em que só é considerado como numerador nesta relação o número de sindicalizados que são trabalhadores dependentes).

imagem e reconhecimento público das respectivas organizações e para a fragilização das suas relações com os demais actores sociais e políticos (na negociação colectiva, no diálogo social e na concertação social) que representaria a informação pública das estatísticas de filiação sindical, no contexto de um sindicalismo de carácter pluralista e competitivo.

Considerando acertadamente os números da sindicalização como um dos indicadores de poder, de influência e de representatividade, a maioria das organizações sindicais tiram porém a errada conclusão de que o secretismo neste domínio, e a subtracção dessa informação à esfera pública e aos próprios filiados, pode ser uma prática social e sindicalmente aceitável em nome do superior interesse de privar os seus adversários na negociação, no diálogo e no conflito social de uma informação relevante.

De facto, como se tem verificado na experiência portuguesa, este secretismo em nada tem contribuído para a defesa dos sindicatos e a robustez das relações colectivas de trabalho. A negociação colectiva, como o provam os indicadores da sua evolução nos últimos anos²², permanece anémica²³, e o sistema de concertação social revela na sua fragilidade um regime de relações de trabalho em que a representação institucionalizada dos interesses do trabalho é ainda de baixa intensidade e vista pelo poder político como instrumental²⁴ e de legitimação de políticas públicas previamente definidas. O silêncio sobre a sindicalização e a sua evolução nas organizações sindicais, a recusa da maioria dos sindicatos em publicitar esta informação e a integrar numa normal prestação de contas aos associados, não favorece também um mais intenso e participado exame e busca de respostas para o problema.

Esta prática muito generalizada de não revelar ou “branquear” os dados sobre a sindicalização é, pois, negativa para os próprios trabalhadores e para a representação dos seus interesses nas relações colectivas de trabalho, nos processos de diálogo e concertação social e nos processos de formação das políticas públicas. Como é negativa, em primeira linha, para o enraizamento de uma democracia saudável, responsável e transparente nas próprias associações sindicais, que confira dinamismo e abertura às suas práticas e relacionamentos sociais, políticos e institucionais.

²² Como referem, por exemplo, os estudos de Ferreira (2006; 2009), de Dornelas et. al. (2006), do Livro Branco das Relações Laborais (2007) e as estatísticas da evolução das convenções colectivas negociadas nos últimos anos (DGERT/MTSS).

²³ Cf. as estatísticas da DGERT sobre a evolução anual das convenções colectivas de trabalho celebradas (http://www.dgert.mtss.gov.pt/Trabalho/trabalho_p.htm) e o estudo de Ferreira (2006)..

²⁴ Cf. o estudo sobre esta matéria na nossa dissertação de mestrado em Ciência Política.

São exemplos relevantes neste domínio o facto de os Congressos sindicais das duas principais centrais sindicais (CGTP e UGT) não fazerem balanços sistemáticos e continuados da evolução da filiação sindical, apenas fornecendo dados avulsos e desconexos, que nunca permitem obter uma visão informada e comparativa do conjunto dos filiados e da sua evolução. Por exemplo, a CGTP-IN, nos Relatórios de Actividade apresentados aos seus Congressos periódicos, dá normalmente um balanço estatístico agregado²⁵ dos processos eleitorais realizados nos sindicatos da sua esfera de influência no período entre congressos, mas não fornece dados que permitam a comparação diacrónica entre universos semelhantes. Do mesmo modo, os relatórios contendo balanços estatísticos divulgados periodicamente pela CGTP-IN sobre novas sindicalizações ou sobre eleição de delegados e dirigentes sindicais têm como característica nunca informar sobre os dados globais de referência a que se somam essas variações, impossibilitando por isso qualquer juízo comparativo consistente sobre a sua evolução.

Da parte da UGT, a informação disponível e conhecida é ainda mais reduzida e limitada do que no caso da CGTP.

É ao nível dos sindicatos que se vão entretanto encontrando já exemplos positivos de abertura à informação regular sobre a sindicalização e a sua evolução, como sucede com os sindicatos citados dos professores (SPGL e SPN, do âmbito da FENPROF e da CGTP), com o SBSI (da UGT) ou o SNQTB (da USI)²⁶. Nestes dois últimos casos verificámos que é regularmente publicada nas respectivas revistas sindicais, designadamente no âmbito da prestação anual de contas, informação sobre a evolução da respectiva sindicalização. São exemplos de grandes sindicatos, pertencentes a três modelos sindicais diferenciados²⁷ no panorama sindical português, que permitem

²⁵ Cf. Anexo IV com o mapa que construímos a partir dos Relatórios de Actividade congressuais da CGTP-IN.

²⁶ SBSI – Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas; SNQTB – Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários; USI – União dos Sindicatos Independentes; FENPROF – Federação Nacional dos Professores.

²⁷ Para os quais propomos a seguinte hipótese de caracterização sumária e de localização, seguindo a tipologia de Hyman (2001) para classificação dos modelos de sindicalismo a partir do triângulo Classe – Sociedade – Mercado: a CGTP-IN e os seus sindicatos situam-se na relação entre Classe e Sociedade, privilegiando uma orientação voltada para a mobilização de classe, a transformação social e o conflito trabalho-capital, articulada com a negociação colectiva enquanto processo de compromisso social; a UGT situa-se na relação entre Sociedade e Mercado, por privilegiar o diálogo, a negociação e a integração social relativamente ao conflito e à mobilização social e por se orientar para o reconhecimento das regras de mercado; a USI, mais claramente orientada para a negociação, o funcionamento e a prática sindicais segundo a lógica e os valores dos mercados, como se infere da sua identificação e promoção do livro de Paulo Pereira de Almeida (2008), *O Sindicato-Empresa (Novas vias para o sindicalismo independente)*, Lisboa: Bnomics.

concluir que é possível e necessário alargar estas práticas, como modo de converter em regra e procedimento generalizado aquilo que ainda é excepção.

Esta ausência de tratamento sistemático e de informação pública das centrais sindicais no campo da sindicalização contrasta com a prática normal de centrais sindicais noutros países. Por exemplo, na vizinha Espanha, as Comisiones Obreras (CCOO) possuem um *Observatorio Confederal de Afiliación* que produz e publica estudos de grande interesse sobre sindicalização em Espanha e em termos comparativos internacionais²⁸.

A situação de ausência de informação e opacidade verificada nas associações empresariais quanto à informação sobre a filiação é em geral semelhante à descrita para as associações sindicais, que são o objecto deste estudo, e apenas acentuam o quadro negativo resultante para a qualidade das relações colectivas de trabalho.

3.5. A situação europeia quanto à sindicalização

O panorama relativo à fiabilidade dos dados sobre a sindicalização no plano europeu, sendo globalmente melhor do que o panorama português, mostra também as dificuldades da comparação entre realidades nacionais distintas e marcadas por diferentes quadros institucionais.

A aplicação dos métodos comparativos e estatísticos às organizações sindicais é complexa e contingente. Como refere Hyman (1998), a resposta às perguntas « O que é um sindicato ? », ou “O que é ser sindicalizado?” recebe respostas diversas em função dos países.

Num número significativo de países europeus, como se pode verificar pelos estudos comparativos disponíveis, incluindo quanto a séries temporais longas²⁹, existe uma recolha regular e continuada de dados estatísticos, quer por recolha sistemática de informação por via administrativa, relacionada com as necessidades de registos oficiais dos actos fundamentais dos sindicatos, quer por inquéritos junto de amostras representativas do universo de trabalhadores, quer por inquéritos ao nível das empresas (ver também Hayter & Stoevska, 2010).

²⁸ Ver em <http://www.lmayo.ccoo.es>

²⁹ Cf., por exemplo, as Bases de Dados do ICTWSS-AIAS, de Visser (2011) ou do OECD.Stat.

Os estudos e inquéritos regularmente realizados pela agência europeia tripartida Eurofound (Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho), os estudos da OCDE, do Eurostat, da OIT, e a importante Base de Dados constituída por Visser desde há várias décadas no Instituto de Estudos Laborais Avançados junto da Universidade de Amesterdão, entre outros, fornecem valiosa informação permitindo análises comparativas de carácter diacrónico e sincrónico. E possibilitam a utilização de numerosos indicadores relativos à caracterização da qualidade e características das relações colectivas de trabalho, da filiação e outras características das organizações sindicais, da organização e da participação dos trabalhadores nas empresas, bem como o estudo das correlações existentes entre as variáveis associadas a estas dimensões e a outras caracterizadoras da qualidade da democracia política e social. De que resultaram valiosos estudos que demonstram a existência de correlações positivas entre os níveis de sindicalização, de cobertura e articulação aos vários níveis da negociação colectiva, de mais alargada representação dos trabalhadores nos locais de trabalho, de robustez dos direitos sociais e do Estado Social, de menores níveis de desigualdade social³⁰.

Entretanto, como sublinham Hayter & Stoevska (2010), não existem ainda no plano internacional regras normalizadas sólidas para a colheita de dados relativos a indicadores para a filiação sindical, a densidade sindical e outros caracterizadores das relações colectivas de trabalho. O único documento estabelecendo padrões estatísticos neste domínio é já demasiado antigo, data de Outubro de 1926, quanto a 3ª Conferência Internacional de Especialistas em Estatísticas do Trabalho (ILCLS) aprovou uma “resolução sobre as estatísticas das convenções colectivas”, recomendando que cada país organizasse a colheita de informação sobre a negociação colectiva, incluindo a sua cobertura e conteúdos.

Existe uma grande diversidade de metodologias que dificultam a comparação de dados. Os contextos e os quadros orientadores das relações colectivas de trabalho variam muito de país para país. Como também assinalam Hayter & Stoevska (2010), as notas técnicas que acompanham, a título de exemplo, os dados sobre sindicalização em 92 países coligidos no *World Work Report 1997/1998* da OIT dão testemunho dessas dificuldades. O inquérito lançado pela OIT em 2008-09 junto dos serviços estatísticos

³⁰ Excedendo o âmbito e a extensão deste trabalho, apenas lembramos aqui alguns desses estudos: Ferreira (2009); *2008 ILO World Work Report*; Paul Skidmore & Kirsten Bound (2008), *The Everyday Democracy Index*, London: Demos; Richard Wilkinson & Kate Pickett (2009), *The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always Do Better*. London: Penguin Books.

oficiais e dos ministérios do trabalho de 200 países, apenas recebeu respostas de 97, dos quais uma parte incompleta e, noutros casos, informando que não recolhiam os dados solicitados quanto às relações colectivas de trabalho, incluindo a filiação sindical.

As notas metodológicas de várias das mais importantes bases de dados disponíveis (Visser,2011;OECD.stat:2011) referem, aliás, que a informação apresentada no plano internacional em modo comparativo tem frequentemente origens e métodos diversos de recolha e de cálculo: dados declarados pelas centrais sindicais; cálculos e estimativas de especialistas a partir da interpretação dos dados disponíveis; inquéritos de opinião; registos administrativos. O que acentua a necessidade de sujeitar estes dados ao crivo de um tratamento analítico e metodológico muito cuidadosos.

Os dados reunidos reflectem, pois, a diversidade de sistemas de relações de trabalho, de funções estatais na recolha e tratamento de dados, a maior ou menor opacidade dos procedimentos sindicais neste domínio, a existência ou não de critérios reconhecidos de aferição da representatividade sindical, a maior ou menor coerência e fragmentação dos procedimentos de recolha de informação, a existência de processos de auditoria directa ou indirecta da informação declarada (como inquéritos por amostragem utilizados complementarmente nalguns países³¹).

Um exercício que fizemos através da reunião de dados relativamente comparáveis por referência ao ano de 2008, publicados por duas fontes distintas (CSI – Confederação Sindical Internacional e *Eurofound*), comprova os problemas aqui descritos quanto à qualidade dos dados e à sua comparabilidade, mesmo quando os números são supostamente declarados, em ambos os casos, pelas mesmas fontes (as centrais sindicais nomeadas).

Como se pode verificar no **Anexo V**, analisando os dados declarados por um grande número de centrais sindicais quanto ao número de sindicalizados que representam, e para as quais foi possível obter dados comparáveis das duas fontes mencionadas, registamos uma diferença de 1 668 082 sindicalizados entre os dados comparáveis das duas fontes referidas, correspondente a uma variação global de 3,43%, mas dentro de um intervalo, nos casos concretos e para os casos extremos, de +241,5% e – 61,9%. Apenas quatro centrais sindicais, das 56 confederações nacionais analisadas,

³¹ Alguns países complementam a informação de origem administrativa com inquéritos regulares para determinação da filiação e da taxa de sindicalização. São assinalados na *OECD.Stat* seis países europeus com esse procedimento: Irlanda, Islândia, Holanda, Reino Unido, Suécia e Suíça.

apresentam o mesmo número de filiados nas duas fontes. Outras 9 confederações apresentam variações no intervalo de +/-1%. Se aumentarmos o intervalo da variação para +/-5%, são abrangidas 27 centrais sindicais, enquanto 17 apresentam variações superiores a +/-20%.

3.6. A importância da abordagem *micro* nos estudos sobre sindicalização

Voltamos agora aos exemplos nacionais, utilizando alguns estudos de caso realizados³² para melhor compreensão dos problemas metodológicos e das dificuldades administrativas e técnicas reais do tratamento de dados sobre sindicalização. E para fundamentação da importância de utilizar a abordagem *micro* de estudo de organizações sindicais concretas, para melhor compreensão dos processos vivos e das culturas, valores, deliberações e circunstâncias internas e externas específicas que marcam a sua evolução e que afectam os dados sobre a filiação sindical em que repousam os estudos *macro* sobre sindicalização, densidade e representatividade sindical. Os quais são sempre abstracções redutoras, embora significantes, da realidade.

Nos sindicatos, como pudemos verificar pelos estudos de caso apresentados, a variação dos números declarados de sindicalizados nem sempre reflectem apenas as variações da adesão dos trabalhadores associadas às mudanças societárias e aos seus reflexos no mundo do trabalho, mas também variações internas resultantes, quer de mudanças ao longo do tempo nos critérios administrativos e estatutários de definição da condição de associados, quer de processos de reestruturação, integração e fusão dos sindicatos, que é indispensável ter em conta para estabelecer estimativas mais cuidadosas quanto à densidade sindical.

³² Solicitamos a vários sindicatos (SEP, SPGL, SPN, SINTEVECC, e outros), informação, quer quanto a processos eleitorais realizados - eleitores e votantes, quer informação da evolução da sindicalização (SPGL e SPN) no período de 10 anos 2000-2010. Analisámos também a evolução da sindicalização e da sua composição no SBSI e no SNQTB, através de relatórios anuais e das revistas sindicais que publicam. Aproveitámos, quanto ao sector têxtil, a interessante investigação de Freitas (2009) sobre a acção colectiva no sector. Procurámos assim testar e compreender melhor, no processo de obtenção dos dados e na compreensão das suas variações e respectivas causas, os problemas metodológicos em análise quanto ao estudo da sindicalização. O caso de um outro importante sindicato (que entendemos não identificar aqui), que apenas nos conseguiu remeter dados sobre votantes, mas não sobre os eleitores correspondentes aos processos eleitorais informados, por não ter condições para obter administrativamente tal informação num tempo razoável, alertou-nos também para as muitas dificuldades de carácter técnico e administrativo que também pesam na falta de informação e dados sobre as associações sindicais.

No caso da evolução da sindicalização no SINTEVECC³³, avaliada pelos processos eleitorais de que obtivemos registos, a redução drástica do número de eleitores entre as eleições de 1999 e de 2002 (de 13 062 para 3 367 inscritos) não parece poder ser atribuída sobretudo a uma quebra real de sindicalização nesse período, mas está sobretudo associada a uma drástica limpeza administrativa de ficheiros efectuada antes das eleições de 2002. Como se pode verificar pelo facto de a variação no número de votantes ser reduzida na comparação dos actos eleitorais - de 1848 para 1 504 votantes – embora, pela inflação dos inscritos em 1999, a queda na taxa aparente de participação eleitoral seja muito elevada – de 44,67% para 14,15% em 2002.

Quadro 1. Evolução sindicalização SINTEVECC através dos actos eleitorais

Ano	Eleitores	Votantes	% Participação	Observ.
1999	13062	1848	14,15	
2002	3367	1504	44,67	Feita actualização administrativa do ficheiro de sócios no mandato 199/2002
2005	9488	1926	20,30	Eleições integraram sócios transitados do Sindicato Trab. Calçado, que se integrou
2009	9247	1787	19,33	

Fonte: Mapa do autor na base da informação possível fornecida pela Direcção do SINTEVECC.

De facto, a inegável e reconhecida quebra maior de sindicalização ter-se-á verificado em momento anterior às eleições de 1999, mantendo-se por inércia um registo inflacionado de falsos sócios nos cadernos eleitorais.

Outro dado relevante que influenciou a variação do número de sócios inscritos neste sindicato respeita ao processo de reestruturação sindical verificado antes das eleições de 2005, com a extinção do Sindicato dos Trabalhadores do Calçado e a integração dos seus associados no SINTEVECC. Isto influenciou o forte crescimento verificado no número de eleitores (embora não acompanhado por um correspondente crescimento da participação eleitoral).

O estudo do caso do SPGL³⁴, através dos dados colhidos relativamente à evolução da filiação sindical (2000/2010) e do número de eleitores (1976/2009), suscita também alguns interessantes problemas metodológicos quanto aos critérios de cálculo da sindicalização e da representatividade sindical e quanto à necessidade de se verificar

³³ Sindicato dos Trabalhadores dos Sectores Têxtil, Vestuário, Calçado e Curtumes do Distrito do Porto, filiado na FESETE/CGTP-IN.

³⁴ Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, o maior sindicato de docentes do país e filiado na FENPROF.

a composição do universo dos sócios sindicalizados, incluindo o peso que nele detêm as categorias dos trabalhadores activos, dos aposentados, dos desempregados e dos sócios a trabalhar fora do âmbito geográfico do sindicato.

Quadro 2. SPGL - Composição dos Sindicalizados

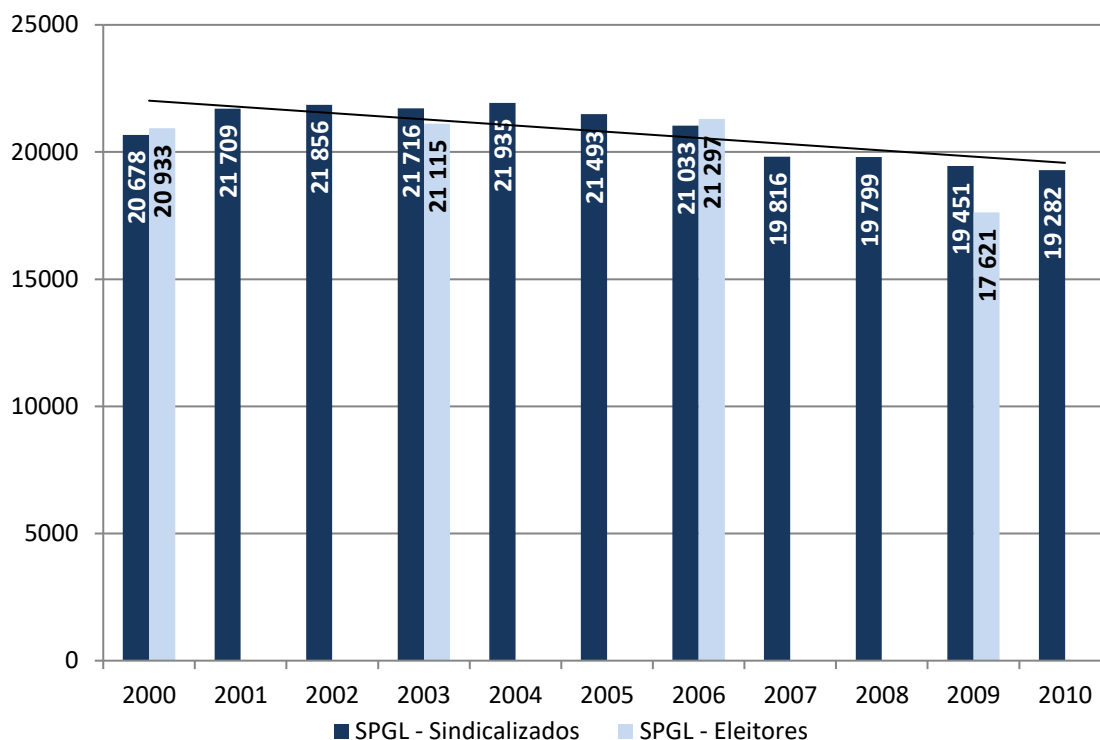
Tipologia	2000		2010	
	Total	%	Total	%
<i>Sócios do âmbito do SPGL (profissionalmente activos)</i>	18.952	91,65	15.913	82,53
<i>Aposentados</i>	830	4,01	2.642	13,70
<i>Desempregados</i>	405	1,96	153	0,79
<i>Sócios fora do âmbito geográfico do SPGL (profissionalmente activos)</i>	491	2,37	574	2,98
<i>Totais</i>	20.678	100,00	19.282	100,00

Fonte: Mapa do autor, construído com dados fornecidos pelo SPGL

Quanto a estes últimos, este dado alerta também para uma questão relevante - a da existência de associados em vários sindicatos que, designadamente por razões de mobilidade profissional, trabalham fora do âmbito geográfico estatutário dos sindicatos - que acentua os factores desviantes na relação entre os âmbitos do universo de sindicalizados e do universo de referência dos trabalhadores para o cálculo da taxa de sindicalização. E que se soma aos problemas já nomeados da variedade de âmbitos geográficos dos sindicatos que complicam a sua comparação e relação com os agregados estatísticos normalizados no plano geográfico.

A comparação do número de eleitores com o número de sindicalizados verificado nos mesmos anos revela, no caso do SPGL, que existe proximidade dos dados da sindicalização obtidos por processos distintos (informação administrativa extraída da base de dados de sócios e e informação dos cadernos eleitorais), o que significa que neste sindicato não haverá grande "flexibilidade" interpretativa da condição de sócios para inscrição nos cadernos eleitorais.

Gráfico IV – Evolução do Número de Eleitores e de Sindicalizados no SPGL (2000-2010)

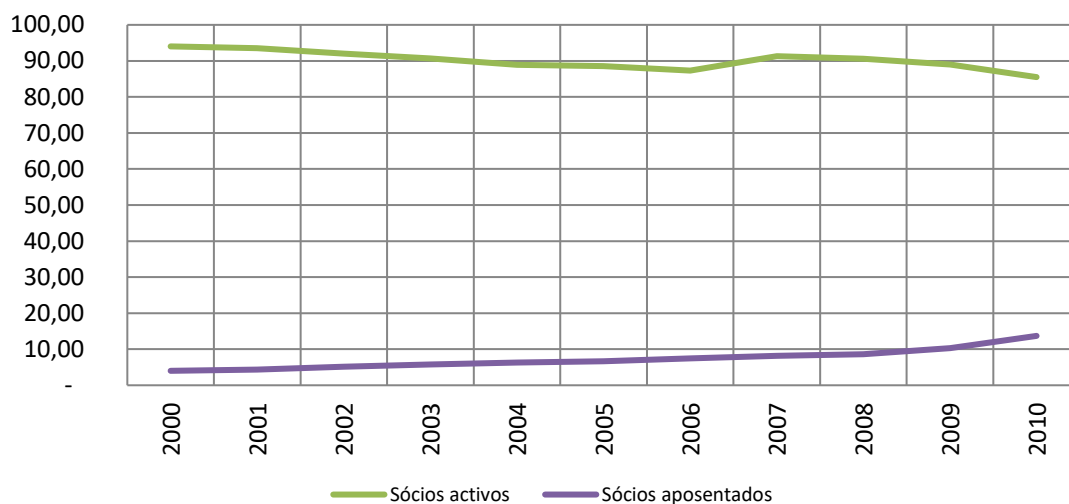


Fonte: mapa construído pelo autor com dados fornecidos pelo SPGL.

Sendo o SPGL o maior sindicato de docentes do País, revelou uma assinalável capacidade de crescimento da filiação sindical (até à primeira metade desta última década) e, depois, uma expressiva capacidade de resistência ao impacto fortemente traumático na profissão docente das políticas públicas no sector da Educação dos últimos anos, que aceleraram também fortemente a passagem à reforma de muitos professores. Como mostram os dados da evolução da sindicalização nos últimos dez anos e também os dados dos inscritos nos cadernos eleitorais desde a sua constituição logo após o 25 de Abril de 1974³⁵, verifica-se uma quebra deslizando no número de associados nos últimos seis anos (e uma idêntica e mais acentuada tendência nos sócios activos ao longo da última década), que a grande subida no número de sócios aposentados (que mais do que triplicou na última década), reflectindo a aceleração do movimento de reformas profissionais dos docentes nos anos mais recentes, não consegue compensar.

³⁵ Cf. Anexo

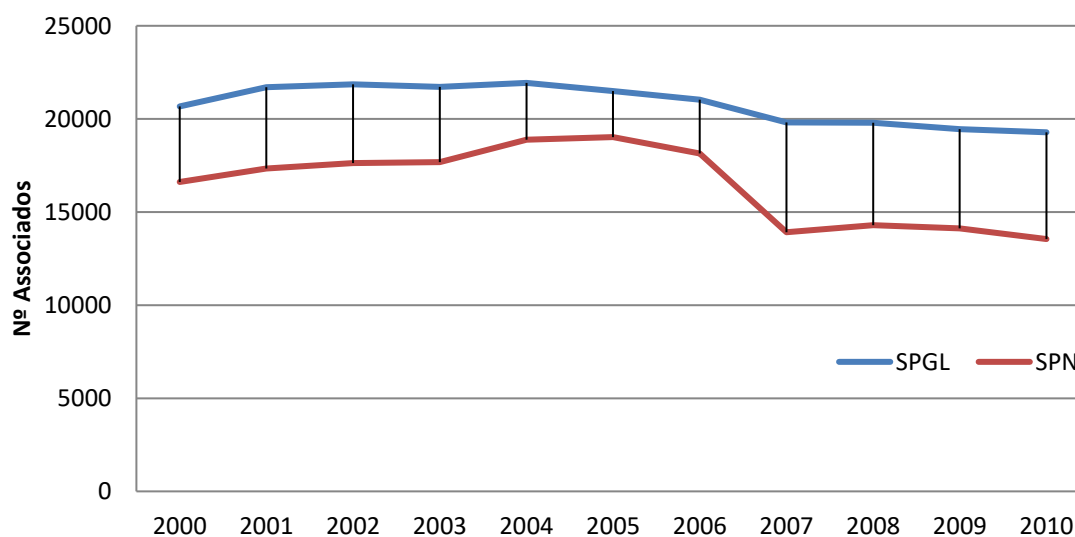
Gráfico V – Evolução do número de Sócios Activos e de Aposentados do SPGL (2000-2010)



Fonte: mapa com base em dados fornecidos pelo SPGL.

A tendência para uma quebra deslizando da sindicalização verifica-se igualmente quando comparamos a evolução da filiação sindical declarada nos dois mais importantes sindicatos de docentes da FENPROF: SPGL (Grande Lisboa) e SPN (Norte), que revela, aliás, características semelhantes nas duas organizações sindicais:

Gráfico VI – Análise Comparada SPGL/SPN da evolução da sindicalização (2000-2010)



Fonte: mapa com base em dados fornecidos pelo SPGL

O exame da composição estrutural dos associados do SPGL (Ver **Anexo VI**) demonstra o peso que a alteração dos critérios internos de classificação como sócios, e não apenas os factores exógenos, pode desempenhar na variação estatística do número

de filiados. O número de sócios desempregados registado em 2006 (1095) caiu abruptamente para 104 no ano seguinte, explicando por esta via a quebra mais acentuada no número de filiados registada na última década. Esta quebra teve por origem uma decisão interna e administrativa de tornar mais restritivos os critérios de admissão de desempregados como associados (os quais podem ser dispensados do pagamento de quota) e não a mudança de atitude de um segmento dos docentes relativamente ao Sindicato.

A composição dos sindicalizados do SPGL chama igualmente a atenção para a necessidade de serem tidos em consideração, quando se utilizam os dados do volume de quotizações anualmente cobradas, as regras estatutárias e internas quanto ao pagamento de quotizações sindicais, seja para efeito de controlo da qualidade dos dados da sindicalização provenientes de outras fontes, seja para produção de estimativas directas neste domínio. Com efeito, são frequentes os casos de diferenciação estatutária e administrativa quanto ao valor de quotizações por parte de aposentados e desempregados. Como sucede neste Sindicato, onde existe um regime de isenção e de pagamento de quotas mais reduzidas para estas categorias de associados.

Um caso concreto de aplicação do método de estimativa da sindicalização a partir da quotização sindical recebida foi o utilizado por Freitas (2009) na sua investigação sobre o sector têxtil, vestuário, calçado e curtumes (ITVC), e os respectivos sindicatos agrupados na FESETE (federação sindical da CGTP-IN).

Quadro 3. Estudo sobre a representatividade sindical da FESETE/CGTP (1996/2006)

Indicadores	1996	2000	2006
Nº Sindicalizados Sindicatos ITVC - FESETE/CGTP	44.209	37.850	23.056
Nº Trabalhadores ITVC	290.537	283.757	212.600
Taxa de Sindicalização - %	15,2	13,3	10,8
Quotizações sindicais anuais Sindicatos FESETE (€) *	1.591.520,50	1.566.993,35	1.148.185,20
Quota anual média por trabalhador (€)	36,00	41,40	49,80
Salário médio mensal por trabalhador (€)	299,86	345,30	415,22

Fonte para a construção deste mapa: Manuel Freitas (2009), *As mutações entre 1996 e 2007 e as novas configurações das relações laborais nas indústrias têxteis, vestuário e calçado* (Dissertação de Mestrado em Sociologia), Fac. Letras do Porto. Os dados utilizados pelo autor, secretário-geral da FESETE/CGTP, são do Gabinete de Estudos da FESETE e dos Relatórios e Contas da FESETE e dos sindicatos filiados na FESETE.

Freitas (2009), apesar de ser um destacado dirigente sindical e profundo conhecedor deste sector, para conseguir estudar a evolução da sindicalização no conjunto destes sindicatos, teve que recorrer ao método indirecto de deduzir a sindicalização a partir do cálculo da quota sindical média anual paga pelos trabalhadores, utilizando para o efeito os valores dos salários médios mensais acordados para os trabalhadores das ITVC nos anos de referência do estudo (1996, 2000 e 2006) e, depois, estimando o número de filiados cruzando o volume de quotizações anualmente recebido por cada sindicato com a quota média por sindicalizado assim obtida.

Freitas confirmou e quantificou assim uma tendência decrescente na sindicalização no sector das ITVC. Mas assinalou também, combinando a sua condição de investigador com a sua condição de qualificado observador participante na actividade sindical deste sector, que os números que estimou por via desta metodologia seriam inferiores ao número real de sindicalizados. E assinalou a esse respeito alguns dados justificativos interessantes e a reter, como experiência de factores condicionantes da utilização deste método: os sócios desempregados não pagam quotas até as sentenças judiciais relativas às falências de empresas transitarem em julgado; os reformados em alguns sindicatos também estão isentos; há um vasto conjunto de associados que pagam menos de 12 quotas por ano; muitos trabalhadores não sindicalizados, face a ameaças de despedimento, solicitam apoio aos sindicatos e têm então que se sindicalizar e pagar um número mínimo de quotas sindicais, registadas como suplementares ou extraordinárias. Estas quotizações extraordinárias não foram consideradas nos registos a que Freitas acedeu (apenas relativos às quotas regulares e normais) para a elaboração da estimativa. nos sindicatos ITVC, mas representam 42% das receitas anuais destes sindicatos.

Vale a pena ainda comparar a diferença existente entre a quota média anual nos associados de um dos maiores sindicatos portugueses (o SPGL), que foi de 180,36 €³⁶ anuais em 2007 e a quota anual média nos sindicatos da FESETE em 2006 (49,80 €), ou seja, 3,6 vezes mais elevada naquele, mesmo não ponderando o facto de a quota normal no SPGL ser de 0,8% da remuneração mensal, enquanto na FESETE a quota normal cobrada é de 1% sobre o salário. A diferença assinalada remete também para a

³⁶ Informação prestada pela Direcção do SPGL, a nosso pedido.

problemática dos recursos dos sindicatos e da sua relação com as enormes desigualdades salariais existentes no País.

O conjunto dos casos e factos aqui analisados, subjacentes às estatísticas eleitorais referenciadas, reforçam a necessidade de associar o estudo da sindicalização ao conhecimento da história concreta das associações sindicais e das suas culturas e mudanças organizacionais e estruturais, bem como de combinar a utilização dos dados eleitorais com o recurso a outras fontes (como o cálculo de sindicalizados a partir das receitas anuais de quotizações, registos estatísticos administrativos, etc.) para se conseguir uma maior aproximação à realidade na informação e na interpretação dos dados.

3.7. O impacto dos processos de reestruturação, criação e extinção das associações sindicais

A necessidade de uma especial atenção ao impacto dos sucessivos processos de reestruturação sindical nos âmbitos das organizações sindicais e nos números da sua filiação sindical (já atrás anotada no caso do SINTEVECC) é evidenciada pelos dados relativos à evolução do número de associações sindicais e do volumoso conjunto de processos de alteração de âmbitos de representação decorrentes dos processos da sua criação, extinção e reestruturação. Desde 1975 até ao final de 2010, ocorreram 438 processos de constituição de associações sindicais - sindicatos, uniões, federações e confederações - registados nos serviços ministeriais competentes e 279 processos de extinção (respectivamente 28 e 10, se considerarmos apenas o ano passado)³⁷.

O universo de 490 associações sindicais com existência legal em 31/12/2010, por comparação com o número total de 331 associações sindicais de vários tipos existentes em 1975, mostra como a complexidade das mudanças societais no mundo do trabalho (com o conseqüente impacto na representação e organização sindical) e a competição existente num regime de pluralismo sindical introduzem dinâmicas que são contraditórias com os processos de reestruturação sindical visando a agregação, centralização e racionalização de forças e recursos (através da fusão, integração, extinção e criação de associações sindicais). E, como factor causal adicional, a ausência

³⁷ Cf. Anexo VII e os dados publicados pela DGERT:
http://www.dgert.mtss.gov.pt/Arquivo/arquivo_trabalho/assoc_sindi_const_ext_1975_2010.pdf

de mecanismos reconhecidos de aferição da representatividade sindical facilita a maior cedência dos actores políticos e económicos à tentação fácil de estimular a divisão e multiplicação dos interlocutores sindicais em detrimento do investimento em processos mais robustos, responsáveis e estruturados de representação, negociação colectiva e diálogo social. Ausência em que podem convergir a falta manifesta de vontade política dos poderes instituídos (investindo no conhecido “dividir para reinar”) e dos próprios actores sindicais, pouco disponíveis para aceitar soluções de aferição da representatividade que ameacem questionar o seu discurso público sobre quem representa o quê.

A prática frequente de um discurso sobre a representatividade por parte dos actores sindicais que ilude o conhecimento dos dados reais é potenciada pelas condições de competição sindical no contexto do pluralismo sindical existente, e das suas expressões concretas no plano ideológico, da negociação colectiva e da concertação social, bem como da fragilidade e precariedade da organização e das liberdades sindicais nas empresas, onde a cultura patronal dominante é anti-sindical.

O quadro aqui descrito reforça assim a necessidade de as metodologias de análise da sindicalização e da representação terem em conta as sucessivas mudanças de âmbito geográfico, sectorial e profissional que se operam nas associações sindicais.

CONCLUSÃO

A abordagem que realizámos às questões de carácter metodológico para determinação da filiação sindical, da densidade e da representatividade sindicais, fundamentam a prudência e o sentido crítico com que devem ser examinados os dados nacionais disponíveis, bem como os dados e estudos de carácter comparativo entre países e entre organizações e sectores de actividade. Os dados normalmente colhidos permitem sobretudo discernir tendências, fraquezas e forças, e contribuir para o estudo da evolução das relações colectivas do trabalho, dos processos de diálogo e conflito social e da representatividade e influência dos actores sociais. Mas são frequentemente apenas o retrato aproximado e possível, não o desejável retrato rigoroso da situação e da evolução da filiação e densidade sindicais, pela diversidade de fontes, culturas organizacionais, constrangimentos e metodologias de recolha e tratamento de dados que os caracterizam.

É com estas prevenções metodológicas que fizemos uma incursão inicial à informação disponível sobre a representação e representatividade sindicais.

A ausência de um sistema reconhecido e operacional de avaliação continuada da sindicalização e da representatividade sindicais (e da correspondente avaliação da filiação e representatividade das associações patronais) acarreta prejuízos nas relações colectivas de trabalho e nos processos de concertação social e não favorece o fortalecimento da democracia e da transparência no funcionamento das organizações sindicais, através de uma cultura de verdade neste domínio que impulse uma maior participação sindical dos associados.

A Concertação Social seria um espaço adequado para o exame desta questão e para a construção de uma solução assente no acordo dos actores sociais e políticos. Que propiciasse a criação de uma unidade de recolha e tratamento de dados, ou o aproveitamento de uma unidade pré-existente, para avaliar a filiação nas associações sindicais e patronais e a sua representatividade (tendo em consideração os critérios de densidade sindical e outros que sejam por comum acordo estabelecidos). Que estabelecesse os critérios, as metodologias, as fontes e os indicadores para a determinação credível da sindicalização e da representatividade. Que aproveitasse e tratasse continuamente o grande manancial de dados constituído pelos arquivos

documentais dos serviços ministeriais do trabalho no que respeita aos actos fundamentais da vida das associações sindicais e patronais que são objecto de registo oficial (como sucede com os processos eleitorais). Que pudesse combinar o tratamento dos dados de origem administrativa com a realização periódica de um inquérito aos trabalhadores no domínio das relações colectivas de trabalho que incluísse perguntas sobre a filiação sindical e a organização nos locais de trabalho. Que promovesse a publicação de informação estatística regular sobre filiação e representatividade das associações sindicais e de empregadores e abrisse a consulta das suas bases de dados e arquivos à consulta pelos investigadores sociais.

As medidas aqui sugeridas estimulariam também a generalização desejável por parte das associações sindicais e de empregadores de uma prática de informação sistemática aos seus associados sobre os dados relevantes dos processos eleitorais, da filiação sindical e das contas anuais, quebrando culturas e rotinas de opacidade na gestão, de secretismo e confidencialidade.

O período de crise económica e social em que o País está mergulhado deveria reforçar a necessidade do debate e a tomada de medidas eficazes que caminhem na direcção que propomos. Para reduzir a desconfiança enraizada que caracteriza os processos negociais e de diálogo social em Portugal³⁸. Para induzir uma cultura de negociação mais responsável, que não recusa o conflito social como componente dinâmica de sociedades democráticas, mas que busca compromissos sociais que não sejam jogos de soma zero e que propiciem o desenvolvimento económico e uma maior justiça social. Ou em alternativa poderá acentuar-se ainda mais o desequilíbrio da balança de poderes em favor do capital e em prejuízo do trabalho, conduzindo à generalização de um darwinismo social indutor de recuos democráticos e de uma desestruturação social e política incontável.

O controverso e draconiano programa da *troika*³⁹ que foi subscrito pelo Governo português, e que tem como uma das suas orientações principais o corte de direitos sociais e a desvalorização do trabalho em nome da competitividade económica, propõe-se, no capítulo das relações de trabalho, “definir critérios claros para a extensão das convenções colectivas, incluindo a *representatividade* das organizações negociadoras”.

³⁸ Em que os estudos internacionais conhecidos sobre participação associativa e política, capital social, confiança e coesão social, colocam sistematicamente Portugal nos últimos lugares.

³⁹ Cf. o documento no portal do Ministério das Finanças - <http://www.min-financas.pt/informacao-economica/informacao-economica-diversa/memorando-de-politicas-economicas-e-financeiras-fmi>

O contexto em que é anunciada esta intenção, afirmando-se no mesmo parágrafo o propósito de retirar da esfera sindical a negociação colectiva ao nível da empresa (agravando assim a desarticulação e a fragilidade da negociação colectiva em Portugal) não é claramente promissor quanto às intenções dos progenitores do documento e quanto ao risco de uma utilização instrumental perversa. Todavia, cabe aos sindicatos estarem atentos à oportunidade e ao risco contidos na intenção e não caírem no logro de a sua defesa da negociação colectiva se confundir com qualquer combate contra o estabelecimento, por acordo, de mecanismos de aferição da representatividade.

Se o estabelecimento de mecanismos reconhecidos de aferição da filiação e da representatividade aqui defendido não pretende naturalmente constituir remédio para os males sociais e económicos, pode ser pelo menos um contributo para dar mais responsabilidade, equilíbrio e transparência à representação institucional dos interesses do capital e do trabalho e maior solidez democrática e civilizacional à sociedade em que vivemos.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Paulo Pereira (2008), *O Sindicato-Empresa (novas vias para o sindicalismo independente)*, Lisboa: Bnomics.
- Beneyto, Pere J. (2008). "El sindicalismo español en perspectiva europea: de la anomalía a la convergencia." *Cuadernos de Relaciones Laborales* **26**(1): 57-88.
- Beneyto, Pere J. (2010). "Afiliação y representación sindical en Europa". *Estudios de la Fundación*. Madrid, Fundación 1º de Mayo - Centro Sindical de Estudios.
- Carley, Mark *et al.* (2010). *Industrial relations developments in Europe 2009* (Electronic Report). Dublin, Eurofound, <http://www.eurofound.europa.eu/publications/htmlfiles/ef1035.htm>
- Carley, Mark (2009), *Trade Union Membership in Europe 2003-2008* (Electronic Report), Dublin, EIRO, <http://www.eurofound.europa.eu/eiro/studies/tn0904019s/tn0904019s.htm>
- Cerdeira, Maria da Conceição e Maria Edite Padilha (1990), *A Sindicalização e alguns comportamentos sindicais*, Lisboa, MESS- SICT.
- Cerdeira, Maria da Conceição (1997). *A Evolução da Sindicalização Portuguesa de 1974 a 1995*. Lisboa, MTSS/Direcção-Geral das Condições de Trabalho.
- Cerdeira, Maria da Conceição (2004). *Dinâmica de Transformação das Relações Laborais em Portugal*. Lisboa, MTSS/DGERT.
- CGTP-IN (Vários anos). *Relatórios de Actividade aos Congressos da CGTP*. Lisboa.
- Dornelas, António *et al.* (2006). *Livro Verde sobre as Relações Laborais*. Lisboa, MTSS.
- Dornelas, António (2009), "Relações laborais na empresa" in João Freire (ed.), *Trabalho e Relações Laborais*, Lisboa, ICS, pp. 165-192.
- Dufour, Christian *et al.* (2010). "Rethinking collective representation: introduction." *Transfer* **16**(3): 291-297, Brussels, ETUI.
- Ebbinghaus, Bernhard & Jelle Visser (2000). *The Societies of Europe – Trade Unions in Western Europe since 1945*, London, Macmillan Reference.
- European Commission (2010), *Eurobarometer 72 –2009, Vol. 2 (Electronic Report)*, Brussels, European Commission. http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb72/eb72_vol2_en.pdf
- European Commission (2011), *Industrial Relations in Europe 2010*, Brussels, European Commission.
- Ferreira, António Casimiro (2009). *Da Sociedade Precária à Sociedade Digna: Balanço da Evolução Social em Portugal 2003-2008* (estudo não publicado). Lisboa, UGT.
- Ferreira, António Casimiro (2006), *O Impacto da Negociação Colectiva na Regulamentação do Mercado de Trabalho*, Lisboa, DGEEP-MTSS.
- Freitas, Manuel A. T. (2009). *As mutações entre 1996 e 2007 e as novas configurações das relações laborais ns indústrias têxteis, vestuário e calçado* (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Porto, Universidade do Porto - Faculdade de Letras.

- Hayter, Susan & Valentina Stoevska (2010). "Trade union density and collective bargaining coverage - International Statistical Inquiry 2008-2009" (Technical Brief). Geneva, ILO.
- Hyman, Richard & Rebecca McCormick (2010). "Trade unions, politics and parties: is a new configuration possible?" *Transfer* **16**(3): 315-331, Brussels, ETUI.
- Hyman, Richard (2001) *Understanding European Trade Unionism - Between Market, Class and Society*. London, Sage Publications.
- Hyman, Richard (1998). "Recherche sur les syndicats et comparaison internationale", *Revue de l'IRES* 28, Paris, IRES.
- Comissão do Livro Branco (2007). Livro Branco das Relações Laborais. Lisboa, MTSS.
- ILO (2008), *World of Work Report – Income Inequalities in the Age of Financial Globalization* (Electronic Report), Geneva, ILO.
<http://www.ilo.org/public/english/bureau/inst/download/world08.pdf>
- Lawrence, Sofia & Junko Ishikawa (2005) "Trade union membership and collective bargaining coverage: Statistical concepts, methods and findings." *Working Paper* 59. Brussels, ILO.
- OECD (2011), *OECD.stat, Extracts* (Labour/Trade Unions),
<http://stats.oecd.org/Index.aspx>
- Olson, Mancur (1998), *A Lógica da Acção Colectiva*, Oeiras, Celta Editora.
- Pedersini, Roberto (2010). "Trade union strategies to recruit new groups of workers" (Electronic Report). Dublin, Eurofound,
<http://www.eurofound.europa.eu/eiro/studies/tn0901028s/tn0901028s.htm>
- SBSI (2007 a 2011). Artigos sobre os "Relatórios e Contas" anuais. *Revista O Bancário*. Lisboa, SBSI.
- SPGL (1976/2009). Artigos sobre resultados de actos eleitorais. *Revista Escola Informação*. Lisboa, SPGL.
- Skidmore, Paul & Kirsten Bound (2008), *The Everyday Democracy Index* (Electronic Book), London, Demos.
http://www.demos.co.uk/files/EDI_all%20chapters.pdf?1240939425
- Stoleroff, Alan & Reinhard Naumann(1993). "A Sindicalização em Portugal: a sua medida e a sua distribuição." *Sociologia - Problemas e Práticas*(14): 19-47.
- Stoleroff, Alan & Reinhard Naumann (1998). "Contabilidades - Alguns comentários necessários acerca da publicação "A Evolução da Sindicalização Portuguesa de 1974 a 1995", de Maria da Conceição Cerdeira." *Sociologia - Problemas e Práticas* (27): 169-176.
- Stoleroff, Alan & Reinhard Naumann (2000a). "As maiores organizações sindicais em Portugal: um quarto de século de evolução" (comunicação). *IV Congresso Português de Sociologia*. Associação Portuguesa de Sociologia.
- Stoleroff, Alan & Reinhard Naumann (2000b), "Portugal" in Bernhard Ebbinghaus & Jelle Visser (2000). *The Societies of Europe – Trade Unions in Western Europe since 1945*, London, Macmillan Reference.
- Visser, Jelle (2006). "Union membership statistics in 24 countries." *Monthly Labor Review* (January 2006): 38-49.

Visser, Jelle (2011), *Database on Institutional Characteristics of Trade Unions, Wage Setting, State Intervention and Social Pacts (ICTWSS)*, Version 3.0, Amsterdam, Amsterdam Institute for Advanced Labour Studies (AIAS). <http://www.uva-aias.net/208>

Webb, Sidney & Beatrice Webb(1920[1894]), *The History of Trade Unionism*. New York, Longmans, Green & Co.

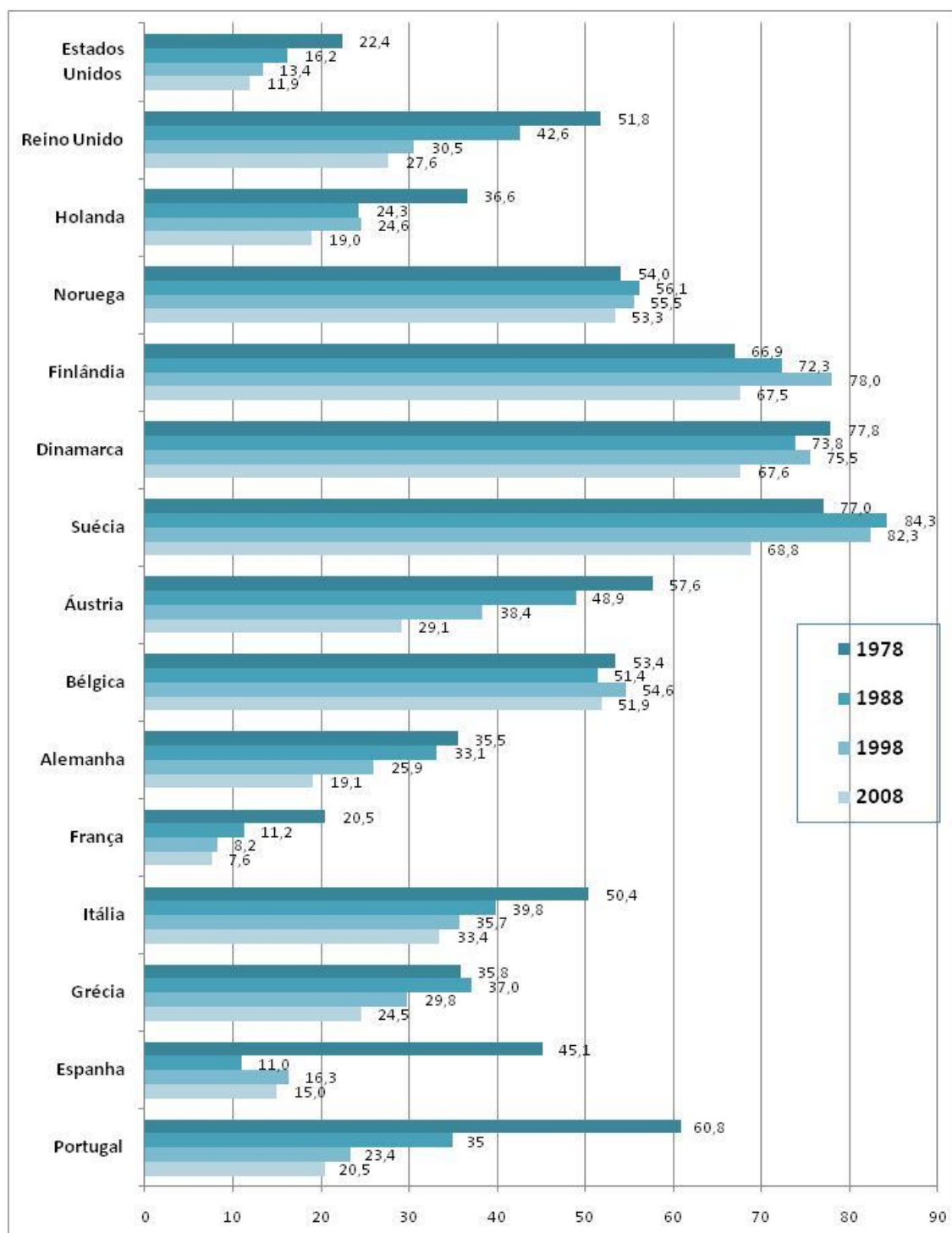
ANEXO I - Análise comparada da evolução da sindicalização nalguns países com diferentes modelos de relações colectivas de trabalho 1978-2010

Ano	Taxa Sindicalização														
	Portugal	Espanha	Grécia	Itália	França	Alemanha	Bélgica	Áustria	Suécia	Dinamarca	Finlândia	Noruega	Holanda	Reino Unido	Estados Unidos
1978	60,8	45,1	35,8	50,4	20,5	35,5	53,4	57,6	77,0	77,8	66,9	54,0	36,6	51,8	22,4
1979	60,1	43,4	37,3	49,7	19,0	35,3	53,5	56,7	77,3	77,1	68,1	55,5	34,8	51,6	23,4
1980	54,8	18,7	38,5	49,6	18,3	34,9	54,1	56,7	78,0	78,6	69,4	58,3	33,0	50,7	22,3
1981	53,5	8,3	39,0	48,0	17,8	35,1	53,4	56,4	78,3	79,9	68,3	57,9	32,3	49,8	21,0
1982	50,5	9,8	38,6	46,7	17,0	35,0	52,1	53,8	78,9	80,2	68,4	58,1	30,7	48,7	20,5
1983	47,2	10,3	38,5	45,5	16,0	35,0	51,9	53,6	79,6	80,8	68,8	58,1	29,3	48,0	19,5
1984	47,2	9,9	38,9	45,3	14,9	34,9	52,0	52,1	80,8	79,3	69,0	58,3	28,0	47,5	18,2
1985	44,6	10,2	38,2	42,5	13,6	34,7	52,4	51,6	81,3	78,2	69,1	57,5	27,1	46,2	17,4
1986	41,2	9,8	37,5	40,4	12,5	33,9	51,5	50,6	82,5	77,4	70,0	57,1	24,7	44,8	17,0
1987	38,6	10,4	37,4	40,0	11,9	33,3	51,6	49,6	85,2	75,0	70,7	55,7	24,2	44,5	16,5
1988	35	11,0	37,0	39,8	11,2	33,1	51,4	48,9	84,3	73,8	72,3	56,1	24,3	42,6	16,2
1989	32	11,5	36,0	39,4	10,7	32,4	52,4	48,0	83,4	75,6	73,0	58,0	24,3	40,6	15,9
1990	28	12,5	35,2	38,8	9,9	31,2	53,9	46,9	81,5	75,3	72,5	58,5	24,1	39,3	15,5
1991	28,2	14,7	34,1	38,7	9,7	36,0	54,3	45,5	82,8	75,8	75,4	58,1	24,8	38,8	15,5
1992	26,1	16,5	36,1	38,9	9,7	33,9	54,3	44,3	85,0	75,8	78,4	58,1	25,3	38,0	15,1
1993	26,1	18,0	37,6	39,2	9,4	31,8	55,0	43,2	87,1	77,3	80,7	58,0	25,6	37,0	15,1
1994	25,9	17,6	35,4	38,7	9,0	30,4	54,7	41,4	87,4	77,5	80,3	57,8	25,7	35,0	14,9
1995	25,4	16,3	33,3	38,1	8,8	29,2	55,7	41,1	86,6	77,0	80,4	57,3	25,1	33,4	14,3
1996	25,5	16,1	31,3	37,4	8,4	27,8	55,4	40,1	85,1	77,4	80,4	56,3	25,1	32,2	14,0

Ano	Taxa Sindicalização														
	Portugal	Espanha	Grécia	Itália	França	Alemanha	Bélgica	Áustria	Suécia	Dinamarca	Finlândia	Noruega	Holanda	Reino Unido	Estados Unidos
1997	25,2	15,6	30,3	36,2	8,4	27,0	55,6	38,9	82,0	75,6	79,4	55,5	24,5	31,2	13,6
1998	23,4	16,3	29,8	35,7	8,2	25,9	54,6	38,4	82,3	75,5	78,0	55,5	24,6	30,5	13,4
1999	22,5	16,0	27,4	35,4	8,1	25,3	50,9	37,4	81,6	74,9	76,3	54,8	22,9	30,6	13,4
2000	21,6	16,7	26,8	34,8	8,0	24,6	49,5	36,6	80,1	74,2	75,0	54,4	21,9	30,5	12,8
2001	22,4	15,9	26,5	34,2	8,0	23,7	49,6	35,7	78,0	77,9	74,5	53,9	21,7	29,8	12,8
2002	20,7	16,0	25,8	33,8	8,1	23,5	50,9	35,2	77,7	73,2	73,5	54,5	21,2	29,4	12,6
2003	21,2	15,8	25,5	33,7	8,0	23,0	51,9	34,4	77,2	72,4	72,9	55,1	21,4	30,0	12,4
2004	21,4	15,5	25,3	34,1	7,8	22,2	53,1	34,1	77,7	71,7	73,3	55,0	21,4	29,5	12,0
2005	21,2	15,2	24,5	33,6	7,7	21,7	52,9	33,3	76,0	71,7	72,4	54,9	20,5	28,6	12,0
2006	20,8	15,0	24,6	33,2	7,7	20,7	54,1	31,0	74,1	69,4	71,7	54,9	20,0	28,4	11,5
2007	20,8	14,9	24,7	33,5	7,6	19,9	52,9	29,9	71,1	69,1	70,3	53,7	19,0	28,3	11,6
2008	20,5	15,0	24,5	33,4	7,6	19,1	51,9	29,1	68,8	67,6	67,5	53,3	19,0	27,6	11,9
2009	20,1	15,9	24,0	34,7		18,8	52,0	28,6		68,8	69,2	54,4		27,5	11,8
2010	19,3			35,1		18,6		28,1	68,9		70,0				11,4

Fonte: Mapa construído pelo autor a partir de Visser, Jelle (2011), *Data Base on Institutional Characteristics of Trade Unions, Wage Settings, State Intervention and Social Pacts 1960-2010 (ICTWSS), Version 3.0 (May 2011)*, Institute for Advanced Labour Studies (AIAS), University of Amsterdam. Última consulta em 07/06/2011 - www.uva-aias.net/208

ANEXO II -Evolução da taxa de sindicalização, em períodos de 10 anos [1978-2008]



Nota: gráfico construído a partir dos dados de Jelle Visser (2010), ICTWSS Database 3.10

ANEXO III - Evolução da sindicalização e da representatividade sindical em Portugal

Ano	Nº Sindicalizados (milhares)	Taxa Sindicalização	Nº Sindicalizados por Confederação		Representatividade Sindical	
			UGT	CGTP-IN	UGT	CGTP-IN
1978	1.486,80	60,8		1.486,80	0,2	0,8
1979	1.500,00	60,1	300	1.200,00	0,2	0,8
1980	1.460,00	54,8				
1981	1.420,00	53,5				
1982	1.380,00	50,5				
1983	1.340,00	47,2				
1984	1.300,00	47,2	300	1.000,00	0,23	0,77
1985	1.225,00	44,6				
1986	1.150,00	41,2	300	850	0,26	0,74
1987	1.093,00	38,6				
1988	1.035,00	35				
1989	978	32				
1990	920	28	300	620	0,33	0,67
1991	896	28,2				
1992	872	26,1				
1993	848	26,1				
1994	824	25,9				
1995	800	25,4	222	500	0,27	0,61
1996	802,6	25,5				
1997	805,1	25,2	230	500	0,28	0,6
1998	798	23,4				
1999	790	22,5				
2000	783	21,6				
2001	824	22,4				
2002	768	20,7	213	500	0,27	0,63
2003	783,4	21,2	210	500	0,26	0,61
2004	802,6	21,4	205	525		
2005	804,2	21,2				
2006	805,9	20,8	210	530	0,25	0,63
2007	804,4	20,8				
2008	803	20,5	210	537	0,25	0,64
2009	771	20,1				
2010	738,7	19,3	200	500		

ANEXO IV – Eleições?

Relatórios congressuais CGTP	Sindicatos da área da CGTP com eleições realizadas no período	Sindicatos com dados recolhidos sobre as eleições*	Listas apresentadas				Listas vencedoras			Nº Eleitores	Nº Votantes	Taxa de participação eleitoral %	Votantes nas listas CGTP %	Obs.
			Nº Listas	Identif. com CGTP	Indep.	Identific. com UGT	Identif. com CGTP	Indep.	Identific. com UGT					
Jan. 1983-Mar. 1986	185	185	251	191	20	40	164	11	10		600 000			Nº indicado no Relatório como aproximado.
Abr. 1986-Fev.1989	181	145	159	149	4	6	141	3	1					
Jan. 1989-Dez. 1992	275	128	135	127	7	1	127	1		630654	270952	42,96		
Jan. 1993-Mar. 1996	181	124	140	130	9	1	130				224077			Os dados do Rel. sobre nº listas vencedoras (130) não coincidem com o nº sindicatos (124) sobre os quais indica haver dados eleitorais.
Abr. 1996-1999	149	51								271334	107526	39,63	90,12	O Relatório não fornece dados consistentes sobre listas candidatas e listas vencedoras, embora referindo que 90,12% dos votantes votaram nas listas da CGTP e que se registou um aumento percentual significativo" na participação eleitoral comparativamente com o período congressual anterior. Presume-se que o período coberto vai até Maio 1999, tendo em conta o que é declarado no Relatório do Congresso seguinte quanto ao período estudado.

Relatórios congressuais CGTP	Sindicatos da área da CGTP com eleições realizadas no período	Sindicatos com dados recolhidos sobre as eleições*	Listas apresentadas			Listas vencedoras			Nº Eleitores	Nº Votantes	Taxa de participação eleitoral %	Votantes nas listas CGTP %	Obs.
			Nº Listas	Identif. com CGTP	Indep.	Identific. com UGT	Identif. com CGTP	Indep.					
Jun. 1999-2003	166	80							525150	205434	39,12	95,20	O Relatório não fornece dados sobre as listas candidatas e vencedoras, apenas referindo que votaram nas listas apoiadas pela CGTP 95,2% dos votantes indicados. O período a que respeitam os dados não é referenciado quanto ao fim, supondo-se que seja Maio 2003, por os dados relatados no Congresso seguinte terem como início Junho 2003, e os estudos serem normalmente sequenciais.

Notas: *São normalmente contabilizados os dados relativos à última eleição em cada sindicato (quando se tenha realizado mais do que uma)

Fonte: Dados extraídos dos relatórios de actividade apresentados aos Congressos da CGTP-IN.

ANEXO V - Análise Comparativa da Filiação Declarada 2008 (CSI/Eurofound)

País	Central Sindical	Nº Sindicalizados declarados Congresso CSI 2008	Nº Sindicalizados declarados Eurofound 2008	Variação %
Áustria	OGB	1109211	1247795	12,49
Bélgica	CGSLB	265000	225733	-14,82
	CSC-ACV	1575529	1635579	3,81
	FGTB	1367000	1248500	-8,67
Bulgária	CITUB	220000	328232	49,20
	PODKREPA	152000	91738	-39,65
Chipre	TURK-SEM	3005		
	SEK	67000	71574	6,83
	DEOK	8807	8807	0,00
República Checa	CMKOS	503000	520000	3,38
Dinamarca	AC	181776	174100	-4,22
	FTF	350000	359300	2,66
	LO	1299702	1017000	-21,75
Estónia	EAKL	43000	39185	-8,87
Finlândia	AKAVA	311867	540000	73,15
	STTK	424000	640000	50,94
	SAK	800000	1046445	30,81
França	CFDT	803635	808720	0,63
	CFTC	140000	132000	-5,71
	CGT	711000	711000	0,00
	CGT-FO	800000	800000	0,00
	UIR-CFDT	16000		
Alemanha	DGB	6000000	6371475	6,19
Grã-Bretanha	TUC	6537545	6471030	-1,02
Grécia	GSEE	300000	472304	57,43
Hungria	ATUC	125000		
	LIGA	101000	100644	-0,35
	MSZOSZ	400000	205000	-48,75
	MOSZ	53416	50360	-5,72
Irlanda	ICTU	832116	602035	-27,65
Itália	CGIL	5542677	5604741	1,12
	CISL	4507349	4304050	-4,51
	UIL	1800000	1810904	0,61
Letónia	LBAS	134422	151222	12,50
Lituânia	LDF	20000	23000	15,00
	LPS"S"	8000	7200	-10,00
	LPSK	100000	90000	-10,00

País	Central Sindical	Nº Sindicalizados declarados Congresso CSI 2008	Nº Sindicalizados declarados Eurofound 2008	Variação %
Luxemburgo	CGTL	65312	66000	1,05
	LCGB	30600	n.d.	
Malta	CMTU	30351	37842	24,68
	GWU	30000		
Holanda	CNV	334000	333900	-0,03
	FNV	1200000	1192000	-0,67
Noruega	Unio	274000	274175	0,06
	YS	204457	209334	2,39
	LO	834221	844438	1,22
Polónia	NSZZ	722000	854204	18,31
	OPZZ	318000	763633	140,14
Portugal	UGT	260000	210000	-19,23
	CGTP-IN	<i>Não é membro</i>	537000	
Roménia	BNS	150000	375000	150,00
	ALFA Cartel	1050000	400000	-61,90
	CSDR	101000	345000	241,58
	CNSLR-FRATIA)	520000	800000	53,85
Eslováquia	KOZSR	337600	365541	8,28
Espanha	CCOO	1001000	1141321	14,02
	ELA	108264	109318	0,97
	UGT	810000	810000	0,00
	USO	110000	121389	10,35
Suécia	LO	1404865	1442300	2,66
	SACO	421500	588300	39,57
	TCO	974959	1175300	20,55
Suíça	SGB	301000		
Totais comparáveis		48700586	50368668	3,43
				1668082

Fonte dos dados: CSI - Lista das organizações filiadas (4th General Council, 16-18 December 2008, Brussels); Eurofound, Trade Union Membership 2003-2008.

Anexo VI - Evolução da filiação sindical no SPGL 2000-2010

Decomposição da Estrutura dos Sócios do SPGL	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Sócios das Regiões Sindicais do SPGL(profissionalmente activos)	18952	19573	19332	19036	18793	18332	17656	17476	17280	16675	15913
Sócios profissionalmente activos que trabalham fora do âmbito geográfico do SPGL	491	724	781	660	707	694	713	620	659	628	574
Total de Sócios Profissionalmente Activos	19443	20297	20113	19696	19500	19026	18369	18096	17939	17303	16487
Aposentados	830	940	1122	1255	1380	1433	1569	1616	1703	1998	2642
Desempregados	405	472	621	765	1055	1034	1095	104	157	150	153
Total	20678	21709	21856	21716	21935	21493	21033	19816	19799	19451	19282

Fonte: Dados fornecidos pela Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, a pedido.

Anexo VII - Análise da Evolução do Número de Sindicalizados em 10 Anos - 1999/2008

PAÍS	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Austria	1209,30	1191,10	1173,30	1164,00	1138,00	1120,30	1111,00	1101,70	1058,70	1015,60
Bélgica	1702,70	1705,10	1708,20	1754,00	1796,00	1870,00	1898,00	1959,00	1974,00	1978,00
República Checa	1321,70	1170,00	1017,70	865,30	865,70	866,00	855,50	845,00	844,20	843,30
Dinamarca	1819,10	1824,20	1814,70	1789,10	1757,70	1759,80	1771,80	1745,50	1733,10	1726,10
Finlândia	1499,50	1504,40	1529,00	1513,40	1495,00	1506,00	1513,00	1520,00	1525,00	1484,00
França	1749,60	1781,30	1806,00	1856,50	1828,40	1782,70	1779,20	1777,90	1794,60	1807,20
Alemanha	8138,00	7928,00	7670,00	7520,00	7260,00	6936,20	6856,30	6719,80	6604,00	6472,90
Grécia	626,10	630,60	635,20	647,90	660,70	673,40	686,10	698,90	709,80	713,00
Hungria	775,00	700,00	654,00	574,00	600,00	560,00	580,30	577,20	574,00	566,70
Irlanda	545,00	550,00	556,00	570,00	578,00	574,00	584,00	593,00	615,00	..
Itália	5177,10	5194,50	5232,70	5281,80	5324,80	5405,50	5468,10	5539,70	5664,70	5749,70
Luxemburgo	99,60	103,80	107,90	112,00	116,20	117,40	118,70	120,00	121,30	122,60
Holanda	1586,70	1573,60	1577,40	1578,80	1575,20	1566,00	1557,00	1530,00	1545,00	..
Polónia	2800,00	2550,00	2300,00	2325,90	2351,80	1994,50	1921,60	1848,80	1775,90	1900,00
Portugal	790,30	782,80	775,40	768,00	783,40	802,60	804,20	805,90	803,00	800,00
Eslováquia	671,30	623,00	565,50	531,30	509,00	449,60	439,20	411,70	383,50	352,50
Espanha	1843,00	2058,00	2050,00	2137,00	2217,00	2268,00	2308,00	2348,00	2371,00	2375,40
Suécia	2966,20	2989,00	2976,00	2972,00	2954,00	2950,00	2923,00	2894,00	2884,30	2830,00
Reino Unido	7066,80	7108,20	7001,10	6975,90	6962,40	6803,10	6725,70	6842,70	6865,20	6890,40
Total Número de Sindicalizados	42387,00	41967,60	41150,10	40936,90	40773,30	40005,10	39900,70	39878,80	39846,30	37627,40
Varição em %		-0,99	-1,95	-0,52	-0,40	-1,88	-0,26	-0,05	-0,08	-5,57
Varição 2008/1999 em %										-11,23

Fonte: OECD.Stat - Dados extraídos em 22/02/2011, 12:28 UTC (GMT). Número de sindicalizados: unidade - milhar.

Anexo VIII - Análise da Evolução da Taxa de Sindicalização em 10 Anos - 1999/2008

PAÍS	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Austria	37,4	36,6	35,9	35,8	34,7	34,4	33,6	32,5	30,8	28,9
Bélgica	50,9	49,5	49,6	50,9	51,9	53,1	52,9	54,1	52,9	51,9
República Checa	32,8	29,5	25,5	21,7	22,3	22,3	21,5	21	20,5	20,2
Dinamarca	74,9	74,2	73,8	73,2	72,4	71,7	71,7	69,4	69,1	67,6
Finlândia	76,3	75	74,5	73,5	72,9	73,3	72,4	71,7	70,3	67,5
França	8,2	8,1	8	8,2	8	7,8	7,8	7,7	7,6	7,7
Alemanha	25,3	24,6	23,7	23,5	23	22,2	21,6	20,7	19,9	19,1
Grécia	26,8	26,5	25,8	25,5	25,3	24,5	24,6	24,7	24,5	24
Hungria	24,5	21,7	20	17,4	17,9	16,9	17,5	17	16,9	16,8
Irlanda	39	38,4	38,2	36,4	37,8	35,9	34,1	33,3	32,4	32,3
Itália	35,4	34,8	34,2	33,8	33,7	34,1	33,6	33,2	33,5	33,4
Luxemburgo	43,3	42,5	41,8	42,1	42,8	42,3	41,4	40,1	38,7	37,4
Holanda	24,6	22,9	21,9	21,7	21,2	21,3	21	20,4	19,3	18,9
Polónia	26	24,2	22,5	23,5	23,7	19,7	18,3	16,8	15,2	15,6
Portugal	22,4	21,6	21,1	20,7	21,4	21,4	21,2	20,8	20,8	20,4
Eslováquia	34,2	32,3	29,1	27,4	26,1	23,6	22,8	20,6	18,8	16,8
Espanha	16	16,7	15,9	16	15,8	15,5	15	14,6	14,2	14,3
Suécia	80,6	79,1	78	78	78	78,1	76,5	75,1	70,8	68,3
Reino Unido	30,1	30,2	29,6	29,3	29,6	29,4	28,4	28,1	27,9	27,1
Média	37,30	36,23	35,22	34,66	34,66	34,08	33,47	32,73	31,79	30,96

Fonte: OECD.Stat - Dados extraídos em 22/02/2011, 12:28 UTC (GMT). Dados em % dos sindicalizados sobre o nº de trabalhadores assalariados.